

# UNIDADE 3



## Objetivos de aprendizagem

Após a leitura desta Unidade, você deverá ser capaz de:

- Identificar as ações correspondentes à etapa de resposta a desastres, com foco em Socorro e Assistência às pessoas afetadas por desastres;
- Reconhecer de que forma acionar os órgãos e as agências necessárias para a gestão do desastre;
- Obter informações sobre o funcionamento do Sistema de Comando em Operações e como ativá-lo;
- Identificar as ações relevantes para a gestão de abrigos provisórios e a atenção a grupos vulneráveis em situação de emergência ou desastre.



# Ações de Socorro e Assistência às Pessoas Afetadas – Contextualização e Principais Conceitos

Olá estudante,  
Vamos iniciar a Unidade 3 deste curso. A seguir vamos entender quais são as ações de socorro e como podemos dar assistência às pessoas afetadas. Todo esse processo será contextualizado para que você se torne um excelente Agente de Proteção e Defesa Civil. Então, vamos ao trabalho!

## O que Define as Ações de Socorro e Assistência?

Nesta Unidade serão apresentados os aspectos relacionados à resposta em situações de desastres. A resposta a desastres, que envolve ações de socorro e de assistência, se caracteriza pela prestação de serviços de emergência e de assistência pública durante, imediatamente ou após a ocorrência de um desastre, com o propósito de salvar vidas, reduzir impactos sobre a saúde, garantir a segurança pública e satisfazer necessidades básicas de subsistência da população afetada.

As ações de socorro e de assistência, como as ações de preparação, apenas terão eficiência e eficácia na medida em que forem organizadas com as demais ações que envolvem a gestão de riscos e o gerenciamento de desastres, incluindo a elaboração dos planos de contingência e a realização dos simulados de preparação para desastres.

Fundamentalmente, os Órgãos de Proteção e Defesa Civil devem implementar um Programa de Preparação para Emergências e Desastres, que tem como objetivo a otimização do gerenciamento dessas situações.

Lembre-se de que, em linhas gerais, as ações de prevenção de desastres englobam medidas adotadas com antecedência para evitar a instalação de situações de risco, inclusive por meio de ações de planejamento e gestão territorial. As ações de mitigação são aquelas destinadas a diminuir ou a limitar a configuração de situação de risco. As ações de preparação são medidas anteriores ao desastre destinadas a minimizar seus efeitos e a otimizar as ações de resposta e de recuperação.

As ações de resposta visam à provisão de serviços de socorro, assistência e reabilitação dos cenários, incluindo o restabelecimento dos serviços essenciais, durante ou após um desastre. Já as ações de recuperação visam à reabilitação da infraestrutura, do meio ambiente, da economia e da saúde da comunidade atingida por desastre, tendo como foco evitar a instalação de novas situações de risco.

A resposta diante de um desastre se concentra predominantemente nas necessidades de curto prazo e, por vezes, é difícil de definir uma divisão entre a etapa de resposta e a fase seguinte de recuperação/reconstrução. Por isso, algumas ações de resposta, como o suprimento de água potável, a provisão de alimentos, a oferta e a instalação de abrigos temporários, podem acabar se ampliando até a etapa seguinte.

As ações de socorro às populações afetadas são desenvolvidas no epicentro do desastre, prioritariamente nas áreas de exposição, nas áreas de riscos intensificados e nas áreas críticas em geral. Nessas áreas são desencadeadas atividades pontuais de enfrentamento do evento, como:

- o isolamento das áreas de riscos ou das áreas críticas;
- a evacuação da população local;
- o enfrentamento direto ao desastre;
- o controle de trânsito; e
- a segurança da área impactada, entre outros.

Observe que o socorro consiste nas seguintes ações:

- busca e salvamento;
- primeiros-socorros;
- atendimento pré-hospitalar; e
- atendimento médico-cirúrgico de urgência.

Entre as principais ações de gerenciamento do desastre e o socorro às populações em risco, podemos destacar estas:

- o isolamento das áreas de riscos ou áreas críticas;
- a evacuação das populações em áreas de risco;
- o controle da ameaça de toda ordem (extinção de incêndios, estabilização de áreas ou edificações instáveis, controle de vazamentos de produtos perigosos, etc.);
- o controle de tráfego;
- o socorro pré-hospitalar e hospitalar de pessoas feridas ou doentes; e
- a segurança das edificações e das áreas impactadas.

É importante que você saiba que a atenção para a população afetada é voltada à logística, à assistência e promoção social e às atividades de proteção e de recuperação da saúde.

Como logística, a administração de desastres compreende:

- ações de provisão de alimentos;
- água potável;
- limpeza; e
- roupas, entre outras.

As ações de assistência e promoção social englobam a:

[...] triagem socioeconômica e o cadastramento das famílias afetadas; entrevistas com as famílias e pessoas assistidas, ações com o objetivo de reforçar os laços de coesão familiar e as relações de vizinhança, fortalecimento da cidadania responsável e participativa, atividades de comunicação social com o público interno e com as famílias afetadas [...] ações de mobilização das comunidades, liderança de mutirões de reabilitação e de reconstrução. (CASTRO, 1999, p. 151)

As ações de promoção, de proteção e de recuperação da saúde: “[...] devem preexistir à ocorrência dos desastres e devem ser intensificadas e não improvisadas durante os mesmos” (CASTRO, 1999, p. 151). Podemos destacar as ações integradas de saúde e assistência médica primária, educação para a saúde, proteção da saúde mental, proteção de grupos populacionais vulneráveis e atividades de saúde pública nos acampamentos e abrigos provisórios.

Entre as principais ações de Assistência Humanitária das populações afetadas, podemos destacar:

- o suprimento de alimentos e de água potável;
- o suprimento de roupas, calçados e estrutura de abrigamento e utensílios de copa e cozinha (barracas, colchões, roupa de cama, travesseiros, fogões, panelas, talheres);
- o suprimento de material de limpeza e de higienização;
- a instalação de acampamentos e abrigos provisórios; e
- a oferta de serviços gerais, como transporte, comunicação, apoio médico, apoio psicológico, etc.

Geralmente, as primeiras medidas diante do impacto do desastre são desencadeadas pela própria comunidade, grande parte dos municípios brasileiros ainda não conta com equipes de socorro (ou de resposta) preparadas. Nesse caso, os indivíduos impactados pelo evento adverso é que tomam as primeiras decisões no cenário de desastre, determinando o agravamento ou a minimização dos efeitos desastrosos. Assim, a comunidade participa de forma decisiva da primeira resposta e, não estando preparada, pode potencializar os danos e prejuízos.

As ações de socorro e de assistência exigem medidas a partir de um enfoque multidisciplinar e interdisciplinar, já que os desastres evidenciam as diversas vulnerabilidades: econômica, social; a precariedade na saúde integral e as carências educativas, sendo necessário o desenvolvimento de ações, principalmente na assistência e na promoção social e, ainda, na promoção, proteção e recuperação da saúde, da mobilidade urbana e da infraestrutura básica que, ampliadas, exigem o saber de diferentes profissionais e de várias áreas de atuação, além do trabalho de voluntários.

Quando ocorre o desastre, o Plano de Contingência é executado, podendo ser adaptado de acordo com as proporções do evento. Cada órgão envolvido nas ações de resposta deve possuir seu **Plano de Operações (ou Plano de Ação ou Plano de Resposta)**. Qualquer um desses planos tem por objetivo organizar as atividades a serem desenvolvidas pelo órgão possibilitando uma atuação mais eficiente. O Plano de Operações também é executado de forma articulada, com ações multisetoriais e multidisciplinares, pois quando ocorre o desastre, as medidas de resposta necessárias são complexas e os encaminhamentos diversos. Essas ações são desencadeadas a partir do Sistema de Comando em Operações, que é uma ferramenta de gestão de desastre. Nesse Plano de Operações devem estar inscritas a sequência planejada para desenvolver desde o acionamento do órgão até a sua desmobilização.

## Acionamento e Coordenação dos Órgãos Envolvidos

A ocorrência de desastres deve ser considerada uma possibilidade real e as medidas de preparação para a resposta devem ocupar lugar de destaque nas ações de gestão de riscos e gerenciamento de desastres.

Por isso, a capacidade de monitorar atividades e de intervir de forma rápida e eficiente em desastres de diferentes magnitudes e origens tem sido um objetivo perseguido de forma sistemática e continuada, recebendo investimentos consideráveis no desenvolvimento de estudos e de planos, na alocação de recursos humanos e materiais, bem como na capacitação de todos os níveis hierárquicos para lidar com tais situações.

Lembre-se de que a metodologia de elaboração do Plano de Contingência deve trazer a descrição dos recursos previstos e disponíveis para as principais ações de socorro e assistência. Também deve estar prevista a política de **assistência para a população afetada**, com a descrição específica destinada às pessoas desabrigadas, às desalojadas e àqueles **grupos mais vulneráveis** como crianças, mulheres, idosos e portadores de necessidades especiais.

Como você aprendeu na Unidade anterior, o planejamento para o gerenciamento dos desastres é possível a partir da elaboração dos Planos de Contingência. Depois de elaborar o Plano de Contingência, no que se refere ao levantamento e à descrição dos recursos disponíveis e necessários e à capacidade de resposta, é importante que haja a realização de treinamentos ou simulados, envolvendo todos os parceiros, para a definição real de papéis, encaminhamentos possíveis e ajustes, se for o caso.

Como você aprendeu na Unidade anterior, é importante ter uma lista atualizada com os órgãos que, normalmente, dão a resposta às situações rotineiras de emergência, com a descrição de suas possibilidades em termos de recursos e capacidade de atendimento. Esses órgãos, provavelmente, estarão envolvidos na resposta aos desastres, nas ações de socorro às populações em risco, na assistência às populações afetadas e na reabilitação dos cenários. O plano determina como cada órgão deve ser acionado e quais as pessoas responsáveis.

Outro aspecto importante do acionamento do plano diz respeito à ativação dos meios necessários para gerenciar as ações de resposta ao desastre, o que evita que a administração dos efeitos do evento adverso seja feita por uma única pessoa ou órgão. Nesse sentido, ressaltamos a importância do Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil, que é responsável pela coordenação das ações de Proteção e Defesa Civil no âmbito do Município, e deve ser o órgão responsável pelo acionamento do plano.

Além do Plano de Contingência, o Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil também é responsável pela coordenação do plano de ações que será empregado a partir da instalação da ferramenta de gestão de desastres utilizada pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, o **Sistema de Comando em Operações (SCO)**.

Por exemplo, no caso de voluntários, é fundamental que seja previamente definido como, onde e quando se dará a sua atuação.

Em cenários de desastres, o voluntário deve considerar:

- As relações com a coordenação das operações:
  - ▶ conhecer o sistema de gerenciamento de desastres em termos locais, as etapas de desenvolvimento de um plano de operações para atendimento às pessoas e às instituições afetadas pelo evento, bem como o espaço de possíveis intervenções; e
  - ▶ em situação de emergência e desastre, antes de executar quaisquer intervenções, o voluntário deverá se dirigir ao coordenador das operações.
- Relação com a competência pessoal acumulada:
  - ▶ ter conhecimento sobre o Plano de Contingência local para a prática do trabalho voluntário.

Sobre o plano de ações, é importante destacar, novamente, a importância de os órgãos envolvidos, públicos e privados, comunidade e voluntários, conhecerem, participarem de sua elaboração e identificarem quais as suas ações no processo.

- Relação com a população atendida:
  - ▶ ter conhecimento dos riscos existentes na área do desastre, da realidade e das características da comunidade afetada e dos recursos existentes para as ações preconizadas.
- Relação com a imprensa:
  - ▶ toda informação deve ser encaminhada para a imprensa por meio do porta-voz do Sistema de Comando em Operações; e
  - ▶ contribuir para que a privacidade dos afetados seja preservada, e que a relação com a imprensa propicie a otimização do atendimento.

Muito bem, como está o seu entendimento até o momento? Lembre-se: se precisar de apoio, entre em contato com o seu tutor, pois ele está pronto para ajudá-lo. É muito importante que você entenda o assunto para poder continuar seus estudos!

# Instalação do Sistema de Comando em Operações

Caro estudante,

Esta Seção foi elaborada a partir do *Manual de Gerenciamento de Desastres*, do Sistema de Comando em Operações. A seguir serão apresentadas uma introdução e a finalidade da instalação do Sistema de Comando em Operações.

Então, mãos à obra!

## Introdução e Finalidade

A experiência adquirida pelas organizações de Proteção e Defesa Civil e de Segurança Pública, ao longo dos últimos anos, indica que, entre os vários problemas encontrados na implementação das ações de resposta aos desastres, estão as questões relacionadas ao comando e ao controle das operações, que se apresentam como o elo fraco de muitas intervenções.

A principal diferença entre uma emergência comum e uma situação crítica é que a primeira pode ser atendida com os recursos normais de resposta de uma determinada organização, sem a necessidade de coordenação ou de procedimentos especiais. A segunda exige uma postura organizacional não rotineira para a coordenação e o gerenciamento integrado das ações de resposta.

**Situações críticas** são geralmente de alto risco, dinâmicas, complexas e confusas, gerando problemas específicos, como:

- estrutura de coordenação e níveis de autoridade indefinidos;
- comunicação inadequada;
- fluxo de informações inadequado;
- falta de controle sobre os recursos;

O manual está integralmente disponível em: [http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/manual\\_sco.pdf](http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/manual_sco.pdf). Acesso em: 21 jun. 2013.

- utilização inadequada de recursos especializados;
- dificuldade no ordenamento de áreas; e
- relacionamento precário com a imprensa.

Foi exatamente essa percepção que resultou no desenvolvimento do Sistema de Comando em Operações (SCO).

Na década de 1970, o problema dos incêndios florestais nos EUA tornou-se tão grave que uma série de incêndios devastadores ocorridos na Califórnia acabou por suplantar o sistema de proteção e controle do Estado. A falta de conceitos unificados e de modelos sistêmicos resultou em problemas operacionais sem precedentes. Como resultado, o Congresso Norte-Americano recomendou ao Departamento Florestal (U.S. Forestry) que desenvolvesse um sistema que pudesse resolver a questão. Sob a sua coordenação, reuniram-se vários departamentos de bombeiros para desenvolver um sistema de gestão para emergências. Esse grupo de trabalho ficou conhecido como FIRESCOPE (Firefighting Resources of California Organized for Potential Emergencies). Desse trabalho surgiu o Incident Command System (ICS) que passou a ser utilizado nos EUA como ferramenta modelo para a gestão de emergências.

O Sistema de Comando em Operações ou SCO pode ser conceituado como uma ferramenta gerencial (modelo), de concepção sistêmica e contingencial, que padroniza as ações de resposta em situações críticas de qualquer natureza ou tamanho. O SCO permite que seus usuários adotem uma estrutura organizacional integrada para enfrentar as demandas e as complexidades de uma situação crítica, sem prejuízo de suas competências e limites jurisdicionais.

A Defesa Civil Nacional adotou o Sistema de Comando em Operações (SCO) como sistema padrão para responder às emergências e estruturar a forma de organização e de gerenciamento de desastres ou eventos planejados.

Sua correta utilização permite que pessoas de diferentes organizações se integrem rapidamente em uma estrutura de gerenciamento comum, facilitando a integração das comunicações e

**Staff:** grupo qualificado de pessoas que assistem a um chefe, a um dirigente. Fonte: Ferreira (2010).

os fluxos de informações e melhorando os trabalhos de inteligência e de planejamento. O correto emprego do SCO fornecerá um melhor apoio logístico e administrativo ao pessoal operacional para melhorar a articulação do comando e de seu *staff* com elementos internos e externos à operação e facilitar relações e trocas agregando valor à operação (o que evita a duplicação de esforços e amplia a segurança dos envolvidos).

O Sistema de Comando em Operações tem por finalidade garantir:

- uma maior segurança para as equipes de resposta e demais envolvidos numa situação crítica;
- o alcance de objetivos e prioridades previamente estabelecidas; e
- o uso eficiente e eficaz dos recursos (humanos, materiais, financeiros, tecnológicos e de informação) disponíveis.

Observe alguns benefícios do SCO:

- fornece um modelo de gerenciamento padronizado para situações críticas de qualquer natureza ou tamanho;
- permite que pessoas de diferentes organizações se integrem rapidamente em uma estrutura de gerenciamento comum;
- facilita a integração das comunicações e os fluxos de informações, melhorando os trabalhos de inteligência e de planejamento;
- fornece apoio logístico e administrativo para o pessoal operacional;
- melhora a articulação do comando com elementos internos e externos à operação, facilitando relações; e
- agrega valor à operação e evita a duplicação de esforços, além de ampliar a segurança dos envolvidos.

## *Princípios e Características*

Apresentamos, a seguir, os princípios e as características que constituem o Sistema de Comando em Operações, como ferramenta de gestão para situações críticas. Esses aspectos foram elaborados a partir das experiências e dos conhecimentos produzidos pelos órgãos que atuam em resposta à emergência e/ou desastres.

## **Princípios**

O Sistema de Comando em Operações (SCO) baseia seu emprego em três princípios fundamentais: ele é sistêmico, contingencial e pode ser aplicado para todos os riscos e situações.

### **Concepção Sistêmica**

O Sistema de Comando em Operações (SCO) propõe o uso do pensamento sistêmico ao abordar a complexidade das operações de resposta aos desastres. Assim, o planejamento e as ações de resposta ao desastre tendem a ser realizadas a partir de um entendimento integral da realidade por meio de fluxos sucessivos de ações (planejamento, organização, direção e controle) em vez de apenas por meio de ações lineares de causa/efeito.

### **Concepção Contingencial**

De acordo com a concepção contingencial, a estrutura organizacional de resposta aos desastres deve ser capaz de adaptar-se ao ambiente (se expandindo ou diminuindo) conforme cada situação.

Tal modelo é garantido mediante o emprego de estruturas administrativas modulares e flexíveis de comando e de comunicação que fazem com que a estrutura se adapte de acordo com os objetivos estratégicos comuns de cada situação crítica.

### **Concepção de Emprego para todos os Riscos e Situações**

Esse princípio indica que o modelo tem caráter universal, ou seja, deve ser utilizável como ferramenta gerencial para planejar, organizar, dirigir e controlar situações críticas de qualquer natureza, independentemente de sua causa, tamanho, configuração, localização ou complexidade.

### **Características**

O Sistema de Comando em Operações (SCO) possui também 15 características básicas, são elas:

1. emprego de terminologia comum;
2. uso de formulários padronizados;
3. estabelecimento e transferência formal de comando;

4. cadeia e unidade de comando;
5. comando único ou unificado;
6. organização modular e flexível;
7. administração por objetivos;
8. uso de planos de ação;
9. adequada amplitude de controle;
10. instalações e áreas padronizadas;
11. gerenciamento integrado de recursos;
12. gerenciamento integrado das comunicações;
13. gerenciamento integrado de informações e inteligência;
14. controle de pessoal; e
15. controle da mobilização/desmobilização.

**Emprego de terminologia comum:** o SCO recomenda o uso de terminologia comum para facilitar a comunicação entre as pessoas e as organizações envolvidas na operação. O uso de códigos e de expressões peculiares a uma determinada atividade ou organização deve ser evitado a fim de não dar margem a interpretações inadequadas ou à falta de compreensão da mensagem.

**Uso de formulários padronizados:** o SCO recomenda o emprego de formulários preestabelecidos com vistas à padronização do registro de informações e de recursos, à consolidação do plano de ação e à documentação de tudo que foi realizado durante a operação. O uso dos formulários ajuda a consolidar a cadeia e a unidade de comando.

**Estabelecimento e transferência formal de comando:** o SCO recomenda que, dentre os primeiros que chegam à cena da emergência ou situação crítica, alguém assuma o comando da operação. As demais funções serão implementadas de acordo com a necessidade e a disponibilidade de pessoal.

A transferência de comando ocorre quando:

- uma pessoa mais qualificada assume o comando;
- a situação se altera ao longo do tempo exigindo tal transferência;
- o evento se prolonga exigindo uma rotatividade normal de comando; ou
- a situação volta à normalidade e o comando retorna à organização de origem.

**Cadeia e unidade de comando:** a cadeia de comando é uma linha ininterrupta de autoridade que liga as pessoas dentro do SCO. Unidade de comando significa que cada indivíduo responde a apenas uma pessoa, a quem deve reportar-se durante toda a operação. A base para o comando de uma operação está centrada na autoridade investida do comandante sobre seus subordinados/colaboradores.

**Comando único ou unificado:** o termo comando único é usado quando apenas uma pessoa, representando sua organização, assume formalmente o comando da operação. O comando unificado é usado numa abordagem mais cooperativa, na qual representantes das organizações envolvidas atuam em conjunto.

**Organização modular e flexível:** o SCO utiliza uma estrutura organizacional padronizada, porém flexível na sua implantação. Assim, apenas as funções realmente necessárias para o alcance dos objetivos do comando são ativadas.

Observe que a lógica é contingencial, ou seja, no momento em que se constata que determinada função demandará atenção especial, essa função é ativada e a estrutura se amplia para adaptar-se à situação!

**Administração por Objetivos (APO):** modelo de gestão que estabelece objetivos (resultados) a serem alcançados por determinadas pessoas ou grupos de pessoas, num determinado período de tempo e acompanha o desempenho (controle) procedendo as correções necessárias.

O principal apelo da APO está em converter prioridades e objetivos comuns em metas específicas para cada indivíduo dentro do sistema. Cada integrante da estrutura, desde o comando até o líder de um recurso único, precisa de objetivos claramente definidos.

Os objetivos da operação são estabelecidos de acordo com as seguintes prioridades:

- salvar vidas;
- estabilizar a situação; e
- preservar bens e propriedades.

**Uso de planos de ação:** o Sistema de Comando em Operações consolida a APO por meio de um Plano de Ação elaborado pelo comando da operação. O Plano de Ação fornece às pessoas e às

A expressão “Administração por Objetivos ou APO” foi cunhada por Peter F. Drucker, em 1954, no livro *The Practice of Management*.

organizações envolvidas uma ideia geral da situação, dos recursos disponíveis e, especialmente, dos objetivos e das prioridades que devem ser alcançadas num determinado período operacional, otimizando os esforços e gerando sinergia.

**Adequada amplitude de controle:** a amplitude de controle se refere ao número ideal de pessoas que um superior pode supervisionar pessoalmente, de maneira eficiente e eficaz. A amplitude de controle é influenciada por vários fatores, como: o tipo da emergência ou situação crítica, a natureza das tarefas, os riscos e os fatores de segurança exigidos, a distância entre as pessoas e os recursos, etc. O SCO recomenda que o número de pessoas ou os recursos sob a responsabilidade de um determinado coordenador, encarregado ou líder, seja compatível com a sua capacidade gerencial, logo, não deve ser inferior a três e nem superior a sete.

**Instalações e áreas padronizadas:** o SCO recomenda o uso de instalações adequadas e de áreas de trabalho padronizadas. As principais instalações (espaços físicos móveis ou fixos) são:

- posto de comando;
- base de apoio;
- acampamento;
- centro de informações ao público;
- helibases; e
- **helipontos**.

As principais áreas são:

- área de espera (local onde os recursos operacionais são recepcionados, cadastrados e permanecem disponíveis até seu emprego); e
- área de concentração de vítimas (local onde as vítimas são reunidas, **triadas** e recebem atendimento inicial até serem transportadas para estabelecimentos hospitalares).

O SCO recomenda também a organização da área em diferentes **Zonas de Trabalho**, de acordo com o tipo de emergência, a natureza das tarefas a serem realizadas e o risco presente no cenário em questão. As Zonas de Trabalho são divididas em: **Área Quente** (local de maior risco com acesso restrito), **Área Morna** (local intermediário não totalmente seguro com acesso e circulação igualmente restritos) e

**Heliponto:** porção de solo ou água, ou estrutura artificial, que é usada para pousos e decolagens de helicópteros. Fonte: Ferreira (2010).

**Triadas:** de triar, fazer triagem; selecionar; escolher; separar. Fonte: Ferreira (2010).

**Área Fria** (local seguro que abriga as instalações e os recursos que darão suporte à operação).

**Gerenciamento integrado de recursos:** o SCO orienta que todos os recursos empregados na operação sejam gerenciados de forma integrada. Para isso, faz-se necessário que todos os recursos (operacionais ou logísticos), assim que cheguem próximos à cena da emergência, sejam encaminhados para uma área de espera previamente definida, para serem recepcionados, cadastrados e permanecerem disponíveis para emprego.

A totalidade dos recursos deve ser monitorada pelo planejamento (através da unidade de recursos). Os recursos podem ser agrupados em duas categorias:

- **Recursos operacionais** – são recursos em condições de pronto emprego operacional, como por exemplo, um helicóptero com a sua tripulação, uma ambulância com sua equipe de socorro; e
- **Recursos logísticos** – necessários para dar suporte às operações, por exemplo, alimentação, colchões, travesseiros e cobertores, equipamentos de comunicação, etc.



Figura 6: Recursos

Fonte: Elaborada pelos organizadores deste material

Quando o recurso chega à área de espera e está pronto para emprego imediato, ele é chamado de **recurso disponível**. Quando o recurso entra em operação é considerado **designado**. Quando o recurso, por algum problema, não pode ser empregado na operação, ele é chamado de **indisponível**.

É importante observar que um helicóptero sem sua tripulação ou uma ambulância sem sua equipe não são considerados recursos operacionais (**recurso único**). Vale destacar também que recursos operacionais podem ser utilizados de forma combinada, somando recursos iguais (chamados de **equipes de intervenção**) ou recursos diferentes (chamados de **forças-tarefa**), desde que esses recursos sejam devidamente integrados sob a ação de um líder ou um responsável.

## Conceitos Básicos

A seguir vamos apresentar conceitos relacionados a alguns termos básicos, observe:

Saiba mais sobre a cinotecnica assistindo ao vídeo *Cinotécnico 2009* em: <<http://www.youtube.com/watch?v=RuVjcysxNU4>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

- **Recurso único:** é o equipamento somado ao seu complemento em pessoal pronto para emprego tático na operação sob a supervisão de um líder ou de um responsável (são exemplos de recursos únicos: uma ambulância com sua equipe de socorristas, um helicóptero com sua tripulação, um bombeiro cinotécnico acompanhado de seu cão de busca, etc.).
- **Equipe de intervenção:** é a combinação de recursos únicos do mesmo tipo agrupados para uma tarefa tática específica, sob a supervisão de um líder ou de um responsável (exemplo de uma equipe de intervenção: a combinação de duas ou mais embarcações devidamente tripuladas e sob comando para resgatar pessoas ilhadas numa área de inundação).
- **Força-tarefa:** é qualquer combinação de diferentes recursos únicos constituída para uma tarefa tática específica, sob a supervisão de um líder ou de um responsável (exemplo de uma força-tarefa: a combinação de viaturas de combate a incêndio, helicópteros e veículos de transporte de pessoal, devidamente tripulados e sob comando para controlar um incêndio florestal).

### Voltando para as características do Sistema de Comando em Operações (SCO)...

Você terá mais informações sobre comunicação em desastres na Unidade 4, não se preocupe.

**Gerenciamento integrado das comunicações:** a capacidade de comunicação entre os diferentes atores do SCO é fundamental para o sucesso de qualquer operação. Para tanto, é necessário o desenvolvimento de um plano de comunicações (que diz quem conversa com quem e como) que estabelecerá diferentes redes de comunicação, de acordo com as necessidades da cada caso.

Seguem alguns exemplos de redes de comunicação:

- Rede de comando (integra as comunicações entre o comando e seu *staff* de comando e o *staff* principal).
- Rede tática (integra as comunicações entre as pessoas e as equipes subordinadas ao coordenador de operações).
- Rede administrativa (integra as comunicações não operacionais entre o comando e sua assessoria com órgãos externos que estão cooperando com o SCO).

- Rede logística (integra as comunicações da logística para tratar de assuntos referentes a suprimentos, serviços e instalações).
- Rede de operações aéreas (integra as comunicações do pessoal de operações aéreas).

**Gerenciamento integrado de informações e de inteligência:** o SCO recomenda que as informações relativas à situação crítica devam ser obtidas, analisadas e disseminadas de forma a favorecer uma administração eficiente e eficaz do sistema.

Dependendo da natureza, da complexidade e da magnitude do evento, será necessário coletar e analisar diferentes informações, como: dados meteorológicos, características geográficas, informações populacionais, dados socioeconômicos e culturais, explicações sobre fenômenos naturais específicos, etc.

Em situações críticas de menor complexidade, o uso de um formulário padronizado para reunir as informações básicas (formulário SCO 201) auxilia na consolidação das informações e dos dados iniciais de inteligência. Em situações de maior complexidade ou de repercussão, uma unidade de situação pode ser necessária (ligada ao planejamento) para integrar informações, produzir inteligência e manter quadros de situação sempre atualizados.

**Controle de pessoal:** uma das grandes preocupações do SCO é o adequado controle do efetivo envolvido na operação. Saber exatamente quantas pessoas estão envolvidas, onde elas estão trabalhando e o que estão fazendo representa um fator importante de segurança. Além disso, o controle adequado da disponibilidade e do emprego do pessoal envolvido da operação representa uma grande vantagem administrativa, sob a ótica da eficiência e da eficácia gerencial.

**Controle da mobilização/desmobilização:** o gerenciamento dos recursos (necessidade e alocação) deve ser realizado de forma eficiente e eficaz. A mobilização de pessoal e de equipamentos deve ser gerenciada adequadamente por uma autoridade competente. Assim, uma unidade de mobilização e de desmobilização pode ser ne-

cessária nos eventos de maior repercussão (a unidade de mobilização/desmobilização é ligada ao planejamento).

A seguir você conhecerá um pouco mais sobre a estrutura organizacional e as principais funções do Sistema de Comando em Operações (SCO). Esses aspectos são fundamentais para orientar a construção do organograma, a divisão de papéis e as responsabilidades em situações de emergências.

## A Estrutura Organizacional e as Principais Funções

### A Estrutura Organizacional Básica do SCO

O Sistema de Comando em Operações (SCO) prioriza que, dentre os primeiros que chegam ao local da emergência, alguém deve assumir formalmente o comando da operação. A pessoa que assume o comando é o responsável pelas operações.

Para facilitar seu trabalho, o comando deve utilizar uma estrutura organizacional padronizada (**organograma**) na qual deverão ser representadas as principais funções do SCO.

Normalmente, no início da emergência, o comando é conduzido por alguém de nível operacional (integrante das primeiras equipes de resposta), no entanto, com o passar do tempo, em função da própria situação, esse comando precisará ser transferido para alguém mais qualificado (transferência de comando). Dessa forma, inicialmente, o comando se estrutura a partir de um organograma simples e, conforme a situação crítica exigir, as demais funções do organograma são implementadas de acordo com a necessidade e a disponibilidade de pessoal.

A estrutura organizacional básica do SCO é composta de três partes principais, a saber:

- o **comando** (que poderá ser único ou unificado);
- o **staff/assessoria de comando** (composto de funções de segurança, ligações, informações ao público e secretaria); e
- o **staff geral/principal** (composto de seções de operações, planejamento, logística e administração/finanças).

Um organograma é uma representação visual da estrutura do SCO.

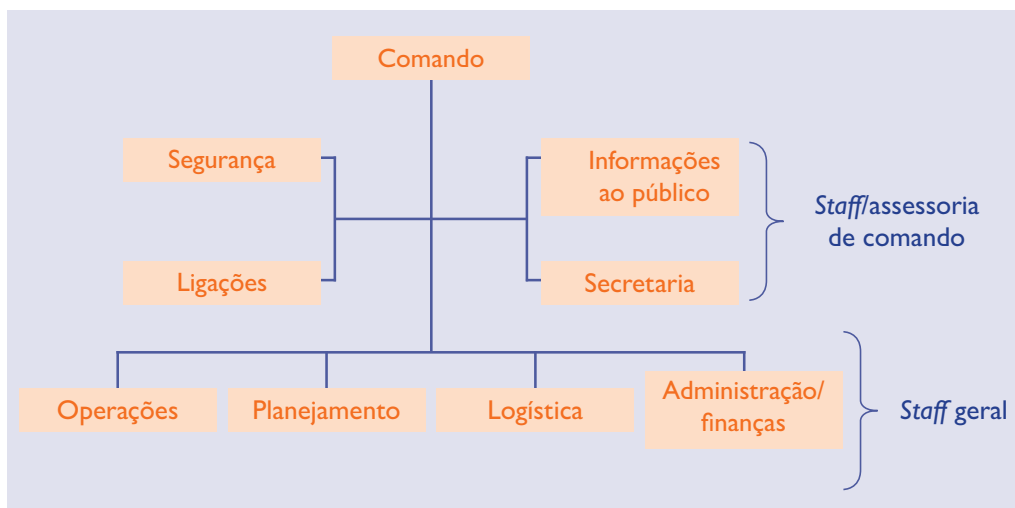


Figura 7: Estrutura organizacional básica (organograma) do SCO

Fonte: Oliveira (2010, p. 38)

## Principais Funções do SCO

As funções no Sistema de Comando em Operações são definidas começando pela “função comando” que se estrutura a partir de um *staff* de assessoria e de quatro principais seções.

### Função Comando

O comando é o responsável pela operação, pois cabe a ele instalar o SCO, avaliar a situação, designar instalações e áreas, estruturar o organograma, definir objetivos e prioridades, desenvolver um plano de ação e coordenar todas as atividades administrativas da operação. O comando é apoiado por uma estrutura de assessoria (*staff* de comando) que supre necessidades de **segurança, ligações, informações ao público e secretaria**. Suas principais atribuições são:

- instalar o SCO;
- designar um posto de comando e uma área de espera/estacionamento;
- buscar informações, avaliar a situação e suas prioridades;
- determinar objetivos estratégicos e táticos;
- desenvolver um plano de ação;
- implementar uma estrutura organizacional adequada;

- mobilizar e gerenciar os recursos disponíveis;
- coordenar as atividades;
- garantir a segurança;
- coordenar atividades com órgãos externos de apoio e cooperação;
- divulgar informações junto à mídia; e
- registrar as informações da operação em formulários padronizados.

### **Staff/Assessoria de Comando**

O *staff*/assessoria de comando é responsável por algumas atribuições diretas do comando. Seguindo a lógica contingencial do SCO num primeiro momento, as atribuições peculiares desse *staff* pessoal são desempenhadas pelo próprio comando, no entanto, quando se tornam necessárias, essas assessorias são gradativamente ativadas, de forma a evitar que o comando acabe sobrecarregado.

### **Função Segurança**

O coordenador de segurança faz parte do *staff*/assessoria do comando, ele é o responsável por avaliar e monitorar constantemente as condições inseguras de trabalho no local da operação. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou a situação crítica e o SCO;
- avaliar os riscos da operação e identificar medidas de segurança;
- recomendar medidas para o gerenciamento dos riscos relacionados à operação;
- monitorar a segurança das pessoas envolvidas na operação;
- estabelecer medidas preventivas com vistas a reduzir os riscos;
- informar ao comando medidas de segurança específicas para as pessoas que acessam as zonas de trabalho da operação;
- interromper, de imediato, qualquer ato ou condição insegura;
- registrar as situações inseguras constatadas; e
- participar da elaboração do plano de ação sugerindo medidas de segurança.

## **Função Ligações**

O coordenador de ligações faz parte do *staff*/assessoria do comando e é o responsável pelo enlace (contatos externos) com os representantes dos organismos que estão auxiliando e cooperando com a operação, especialmente aqueles que não estão no posto de comando e as autoridades políticas. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- estabelecer um ponto de contato para os organismos que estão auxiliando e cooperando com a operação;
- identificar um representante (pessoa de contato) de cada organismo envolvido;
- atender às solicitações do comando estabelecendo os contatos externos necessários;
- monitorar as operações para identificar possíveis conflitos ou problemas no relacionamento entre os organismos envolvidos; e
- manter um registro dos organismos que estão auxiliando e cooperando com a operação e seus respectivos contatos (telefone, celular, *e-mail*).

## **Função Informações ao Público**

O coordenador de informações ao público faz parte do *staff*/assessoria do comando, ele é o responsável pela formulação e divulgação de informações sobre a situação crítica e a operação para a mídia. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- produzir informes sobre a situação crítica e a operação, tão logo quanto possível;
- estabelecer locais e horários para a divulgação de informações;
- assumir pessoalmente ou identificar alguém preparado para ser o porta-voz da operação (pessoa que fala sobre o evento na mídia);
- estabelecer contatos regulares com a mídia para fins de disseminação de informações;

- observar as restrições para a divulgação de informações estabelecidas pelo comando da operação;
- obter a aprovação dos informes antes de divulgados na mídia;
- organizar coletivas e intermediar o contato do comando com integrantes da imprensa em geral; e
- controlar o acesso de integrantes da mídia na área de operações.

### Função Secretário

O coordenador da secretaria faz parte do *staff*/assessoria do comando e é o responsável pelas tarefas administrativas do comando. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- organizar as dependências do posto de comando, providenciando serviços de apoio (água, café, lanches) e limpeza;
- preparar reuniões de trabalho;
- registrar as decisões das reuniões de trabalho;
- resolver problemas relativos ao funcionamento do posto de comando.

Muito bem, como está o seu entendimento até agora? Lembre-se: se tiver alguma dúvida, não hesite em entrar em contato com o seu tutor, ele está preparado para ajudá-lo. É muito importante que você entenda bem o assunto abordado até agora para poder continuar seus estudos!

### Staff Geral/Principal de Comando

O *staff* geral/principal de comando é constituído pelas seções de **operações**, **planejamento**, **logística** e **administração/finanças**.

#### Seção Operações

O chefe da seção de operações conduz as atividades operacionais no nível tático, executando o **plano de ação** do comando. Sob sua responsabilidade encontram-se o encarregado da área de espera/estacionamento e os demais coordenadores dos setores operacionais

O plano de ação trata-se do conjunto de procedimentos que orienta a intervenção e o gerenciamento em um cenário de desastres.

(bombeiro, polícia, saúde, defesa civil, operações aéreas, etc.) que se fizerem necessários. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- participar da elaboração do plano de ação;
- dar ciência do plano de ação aos integrantes das seções operacionais;
- supervisionar as operações;
- avaliar a necessidade de recursos adicionais e, caso sejam necessários, solicitá-los ao encarregado da área de espera;
- dispensar, se necessário, recursos em operação, reencaminhando esses recursos para a área de espera;
- organizar os recursos operacionais disponíveis em seções (apoio especializado) e/ou setores (áreas geográficas); e
- manter o comando informado sobre o andamento das operações.

Observe que o chefe de operações deve adequar o organograma (implantando mais ou menos funções/posições) de acordo com as necessidades da situação crítica. Logo, poderão ser implantadas diferentes seções, como por exemplo: seção de combate a incêndio, de socorro pré-hospitalar, de polícia de choque, de construção de abrigos provisórios, de reconstrução de telhados, de vacinação, etc. A seção Operações poderá ainda implantar diferentes setores para facilitar os trabalhos de campo, como por exemplo, setor Norte, setor Sul, setor A, setor B, etc.

### **Encarregado da Área de Espera**

O encarregado da área de espera fica subordinado diretamente ao chefe de operações e controla o local onde os recursos mobilizados irão chegar e ficar a espera de emprego na operação. Cabe a ele fazer o cadastramento de todos os recursos que integram o SCO. Suas principais atribuições são:

- obter, junto ao coordenador de operações, informações sobre a emergência ou a situação crítica e o SCO;

- delimitar e sinalizar adequadamente a área de espera;
- cadastrar os recursos mobilizados que chegam ao local da emergência ou situação crítica;
- prestar orientações iniciais sobre a emergência ou situação crítica ao pessoal que chega na área de espera/estacionamento;
- orientar pessoas sem treinamento em SCO com as informações mínimas para que possam integrar-se ao sistema em operação;
- controlar a situação dos recursos, registrando as informações em formulários próprios e repassando-as continuamente ao coordenador de operações;
- designar recursos disponíveis conforme solicitado; e
- estruturar equipes de intervenção ou forças-tarefa combinando recursos disponíveis conforme a necessidade do coordenador de operações.

### **Responsáveis pelas Seções e Setores Operacionais**

Os responsáveis pelas seções operacionais controlam os seus recursos disponíveis usando como critério a afinidade das atividades ou os objetivos de ação tática, sendo ativados pelo coordenador de operações, de acordo com o plano de ação.

Já os responsáveis pelos setores operacionais controlam os recursos disponíveis usando como critério a divisão geográfica, sendo igualmente ativados pelo coordenador de operações, de acordo com o plano de ação. Suas principais atribuições são:

- obter, junto ao coordenador de operações, informações sobre a emergência ou a situação crítica e o SCO;
- participar, quando acionado pelo coordenador de operações, das reuniões de planejamento da operação;
- rever os objetivos específicos de sua seção ou setor e desenvolver com os integrantes de suas equipes alternativas para realizar as tarefas necessárias ao cumprimento da missão;
- resolver problemas logísticos identificados pelos integrantes de sua seção ou setor;
- manter o coordenador de operações informado sobre o andamento das operações e relatar qualquer modificação importante no plano de ação (progressos ou dificuldades), qualquer necessidade adicional de recursos, a possibilidade da liberação de recursos, situações de risco ou outros problemas significativos.

## Seção Planejamento

O chefe da seção de planejamento prepara e documenta o plano de ação para alcançar os objetivos e as prioridades estabelecidas pelo comando, ele coleta e avalia informações, mantém um registro dos recursos e da emergência ou da situação. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- ativar e supervisionar unidades e seções específicas conforme a necessidade;
- obter, reunir, registrar, julgar, processar e compartilhar informações;
- participar da elaboração, do acompanhamento e da atualização do plano de ação, elaborar relatórios informando a situação e suas futuras tendências;
- monitorar o conjunto de recursos mobilizados na cena, incluindo aqueles que estão na área de espera, em operação ou nas bases de apoio;
- documentar o evento, produzindo os devidos expedientes necessários;
- planejar e implementar a desmobilização dos recursos;
- coordenar a participação de especialistas e de colaboradores; e
- ativar e supervisionar as unidades que se forem necessárias.

O SCO recomenda que, em alguns casos (emergências maiores ou mais complexas), o chefe de planejamento, na qualidade de responsável pela preparação e documentação do plano de ação, instale algumas unidades padronizadas para facilitar seus trabalhos, das quais se destacam as unidades de situação, os recursos, a documentação, a mobilização/desmobilização e os especialistas.

A **unidade de situação** acompanha a evolução da emergência ou da situação crítica, analisando o seu desenvolvimento e mantendo quadros de acompanhamento da situação. Além do líder, a unidade de situação pode ter encarregados da manutenção dos quadros de situação, observadores de campo e outros especialistas, conforme as necessidades do evento.

A **unidade de recursos** registra e monitora os recursos operacionais envolvidos na operação, principalmente quando houver mais de um local de cadastro.

A **unidade de documentação** é a responsável por toda a parte escrita do plano de ação, mas também registra, controla e arquivava documentos importantes para o evento e a operação.

A **unidade de mobilização/desmobilização** é responsável pela solicitação ou dispensa dos recursos necessários à operação. Cabe a ela organizar os recursos de forma segura e equilibrada, evitando tanto os desperdícios (mobilizar recursos em excesso) quanto o subdimensionamento das necessidades (tardar a mobilização ou desmobilização de recursos).

A **unidade de especialistas** serve para reunir pessoas com conhecimentos especializados que cooperam em situações especiais e atendem às necessidades diferenciadas no planejamento da operação.

### Seção Logística

O chefe da seção de logística fornece suporte, recursos e outros serviços necessários ao alcance dos objetivos e das prioridades da operação. Sob sua responsabilidade encontram-se os líderes das unidades de suporte (normalmente atuam com suprimentos e instalações) e de serviços (comunicações, alimentação, serviços médicos) que se fizerem necessários. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- planejar a organização da logística do SCO, ativando e supervisionando unidades e seções específicas conforme a necessidade;
- gerenciar as atividades de suporte da operação (materiais, suprimentos e instalações);
- gerenciar as atividades de serviços da operação (comunicações, alimentação, serviços médicos);
- supervisionar as atividades de suporte e serviços;
- manter o comando informando sobre o andamento dos trabalhos logísticos da operação.

Da mesma forma que na situação anterior, o SCO recomenda que, em alguns casos, o chefe de logística instale algumas unidades

padronizadas para facilitar seus trabalhos, das quais se destacam as unidades de suporte e a unidade de serviços.

Os líderes da **unidade de suporte** providenciam e distribuem suporte material para as operações e as instalações ativadas, por meio de seções de suprimentos (requisição, recepção e equipamentos/ferramentas) e seções de instalações (vigilância, bases, campos e posto de comando).

Os líderes da **unidade de serviço** prestam serviços para os integrantes da operação por meio de seções de comunicações, serviços médicos e alimentação.

### Seção Administração/Finanças

O chefe da seção de administração/finanças controla e monitora os custos relacionados à operação, providenciando o controle de emprego de pessoal, horas trabalhadas para fins de indenização, compras (orçamentos, contratos, pagamentos) e custos.

Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- planejar a organização da administração do SCO, ativando e supervisionando unidades e seções específicas conforme a necessidade;
- realizar o controle de horas de trabalho do pessoal e os equipamentos empregados para fins de pagamento;
- providenciar orçamentos, contratos e pagamentos que se fizerem necessários;
- controlar e registrar os custos da operação; e
- manter o comando informado sobre o andamento dos trabalhos administrativos e financeiros da operação.

Nesse caso, o SCO mais uma vez recomenda que o chefe de administração/finanças instale algumas unidades padronizadas para facilitar seus trabalhos, das quais se destacam as unidades de emprego, compras, indenizações e custo.

Os líderes da **unidade de emprego** providenciam e controlam as horas de trabalho do pessoal e equipamentos empregados na operação para fins de pagamento, hora extra e

adicional noturno, diárias no caso de deslocamento, além de indenizações por mortes ou lesões de trabalho.

Os líderes da **unidade de compras** efetuam os procedimentos legais para a compra ou a contratação de bens e serviços (orçamentos, contratos, pagamentos), tanto para o pessoal empregado na operação como também para a população afetada pela emergência ou situação crítica.

Os líderes da **unidade de custos** controlam os gastos da operação, a fim de determinar seu custo e de identificar a necessidade de recursos financeiros adicionais.

Aqui, considerando a estrutura básica e as funções apresentadas, segue um modelo de organograma para o sistema de comando em operações:

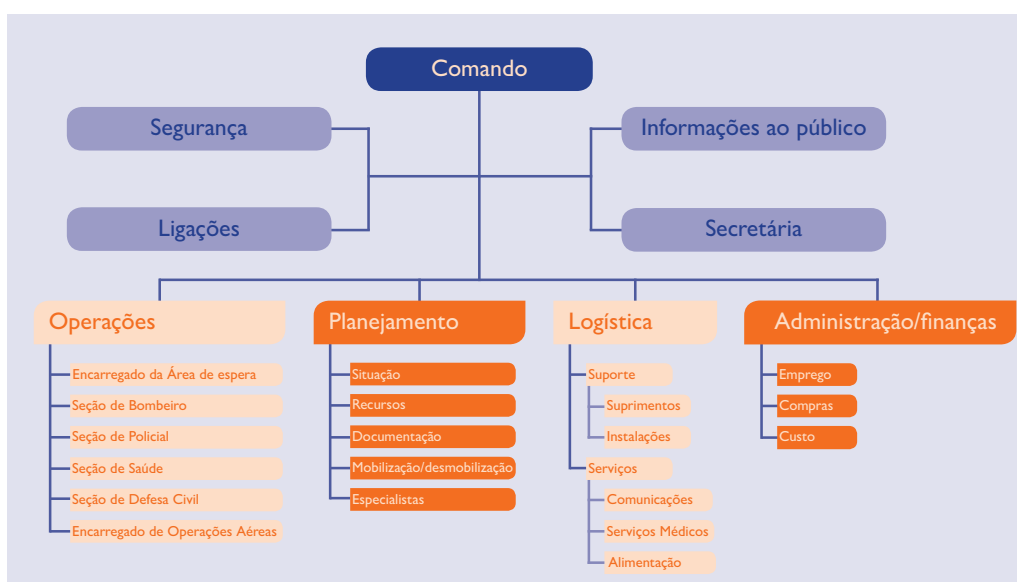


Figura 8: Modelo de organograma para o Sistema de Comando em Operações

Fonte: Elaborada pelos organizadores deste material

## **Sistema de Comando em Operações (SCO) na Prática**

Embora o SCO já tenha se consolidado como modelo-padrão para a administração de desastres em vários países, ainda é possível encontrar alguma resistência ao seu emprego ou mesmo um desconhecimento de suas vantagens como ferramenta de gestão.

O simples fato de conhecer os princípios do SCO não garante seu adequado funcionamento. É fundamental que a organização que se servir do modelo o utilize desde os primeiros minutos da situação crítica, de forma sistemática, a partir de três grandes etapas: de resposta imediata a de elaboração do plano de ação e a etapa final que é a de desmobilização.

## ***Etapa de Resposta Imediata***

A etapa de resposta imediata corresponde às primeiras ações de resposta adotadas quando se identifica o cenário de crise ou crítico.

### ***Instalação do SCO***

Assim que a situação crítica é percebida, as primeiras equipes que chegam ao local avaliam preliminarmente a situação e implementam as primeiras ações (procedimentos operacionais padronizados) voltadas para o controle inicial de riscos (segurança) e obtenção de maiores informações sobre o que está acontecendo.

### ***Assunção do Comando***

A pessoa que instalou o SCO deve assumir formalmente o comando da operação por meio da rede rádio. Esse comando pode ser único (quando assumido por uma única pessoa) ou unificado (quando representantes de várias organizações assumem o comando de forma colegiada). Dependendo do andamento da situação, o comando único pode se converter em um comando unificado (quando mais representantes de outras organizações passam a integrar a operação).

### ***Instalação do Posto de Comando (PC)***

Em seguida, a pessoa que assumiu o comando deve identificar um local apropriado para instalar o posto de comando da operação, levando em consideração requisitos de segurança, acessibilidade, fácil localização, etc.

## *Instalação da Área de Espera/Estacionamento*

Após instalar o PC, o comando da operação deve identificar um local apropriado para instalar a área de espera e designar uma pessoa para assumir a função de encarregado dessa área. Esse encarregado irá controlar os recursos operacionais que chegam para atuar na operação.

Parte desses recursos já pode estar em operação e, por isso, é possível fazer seu cadastramento por meio de comunicação de rádio (para não retardar as ações de socorro). Os recursos que estão chegando recebem suas atribuições assim que são recepcionados e cadastrados e, finalmente, uma parte desses recursos é cadastrada e permanece estacionada na área de espera, aguardando acionamento posterior, de acordo com as necessidades da operação.

## *Coleta de Informações*

Após designar a área de espera e seu encarregado, o comando passa a buscar informações sobre a situação crítica. Para formar um cenário mais completo da situação, é importante responder às seguintes questões:

- O que aconteceu?
- Como está agora?
- Como poderá evoluir?

Essas informações podem ser visualizadas diretamente pelo comando ou chegarem até o PC por meio de relatos de vítimas, testemunhas, integrantes das equipes de resposta, etc.

## ***Etapa do Plano de Ação***

A etapa do Plano de Ação se refere ao momento de planejamento, quando é possível traçar ações com foco em objetivos.

## Plano de Ação Inicial

Com base nas informações coletadas, o comando deverá implementar o plano de ação inicial para estabelecer objetivos e prioridades, a partir da situação e dos recursos disponíveis, num determinado período operacional. Esse primeiro plano é simples e de curto alcance, representando um esforço inicial para a passagem de uma resposta mais genérica, baseada em ações orientadas em Planos Operacionais e em planos de contingência, para uma resposta baseada num plano concreto (específico) sobre uma situação conhecida.

A elaboração sucessiva de novos planos de ação depende em grande parte de um adequado trabalho de inteligência e da **coleta sistemática de informações**. Com o primeiro plano de ação em prática, podemos finalizar a etapa de resposta inicial.

O plano de ação inicial serve para estabelecer os objetivos e as prioridades, a partir da situação e dos recursos disponíveis, num determinado período operacional. Os recursos operacionais que já estão no local da emergência não ficam parados aguardando a elaboração do plano. Em situações críticas, cada uma das organizações acaba atuando com base nos seus procedimentos operacionais padronizados até que o comando estabeleça um plano com objetivos e prioridades comuns.

O plano de ação inicial deve conter informações sobre o cenário (mapas, croquis), os objetivos estratégicos e táticos da operação, as principais tarefas a serem realizadas, a estrutura organizacional do SCO, a descrição dos recursos disponíveis, os dados relativos aos riscos e a estrutura de comunicações do SCO.

Com base no plano de ação inicial, o comando da operação acompanha os trabalhos e continua reunindo informações. Cabe ao comando, ainda, solicitar ou dispensar recursos adicionais e verificar a necessidade da implantação de novas funções no organograma do SCO (operações, segurança, secretaria, ligações e, assim por diante, conforme a necessidade).

Tal situação exigirá do comando a implementação de novas funções no organograma do SCO e a transferência de responsabilidades para outros integrantes da equipe, de forma que os trabalhos passem a ser realizados por equipes ampliadas.

De dentro do PC, o comando permanece controlando informações, recursos, organograma, mapas e croquis, plano de ação, enfim, a operação.

### *Períodos Operacionais e Novos Planos*

Quando o período operacional estipulado está chegando ao fim, o comando reúne-se com os demais integrantes de seu *staff* para avaliar os resultados obtidos e elaborar um novo plano de ação para mais um período.

Assim, na medida em que a situação crítica é estabilizada e a situação caótica do início é controlada e estabilizada, existe a tendência de que os planos de ação sucessivos sejam organizados em períodos operacionais cada vez maiores, em decorrência da situação que vai se estabilizando e diminuindo riscos, complexidade, dinamismo e confusão.

Com o passar do tempo, as prioridades e os objetivos da operação também se modificam.

### *Hierarquização de Objetivos*

O SCO sugere, como referência para a confecção dos planos de ação, que o comando utilize uma hierarquização de objetivos, de forma a priorizar a articulação de recursos e esforços, da seguinte forma:

- objetivos de preservação e socorro à vida (critério de proteção à vida);
- objetivos de estabilização da situação crítica (critério de controle e estabilização da emergência); e
- objetivos de proteção às propriedades e preservação do meio ambiente (critério de proteção aos investimentos e meio ambiente).

Embora bastante óbvias, essas prioridades representam o consenso entre os especialistas e um guia bastante útil no planejamento inicial da resposta à situação crítica.

## Transferência de Comando

Na prática, é bem comum que a pessoa que instalou o SCO e assumiu formalmente o comando da operação seja alguém ligado à parte operativa e, portanto, não detenha suficiente autoridade para permanecer no comando durante toda a operação.

Nesse caso, o comando pode e deve ser transferido para outra pessoa mais qualificada ou com maior autoridade (especialmente em situações críticas de maior magnitude), no entanto, essa transferência deve ocorrer de maneira formal, por meio da rede de comunicação de rádio.

Em resumo, independentemente do motivo da passagem do comando, há dois aspectos importantes nesse processo, a transferência formal da autoridade para evitar a perda da unidade de comando e a transferência efetiva de todas as informações relevantes para que não haja uma quebra na sequência das atividades.

## Emprego de Formulários Padronizados

O SCO recomenda, enfaticamente, o emprego de formulários padronizados (formulário SCO 201), para facilitar a transmissão de todas as informações necessárias. Essa prática é especialmente importante durante a primeira transferência de comando, ainda na fase inicial da operação.

O formulário padronizado SCO 201 registra uma série de informações básicas e deve ser preenchido pelo próprio comando (em alguns casos com o auxílio do chefe de operações ou outra pessoa do *staff* do comando, quando tal função já estiver ativada).

## Etapa de Desmobilização da Operação

A etapa de desmobilização da operação se refere ao momento em que a situação crítica está estabilizada e podemos desativar o SCO, desmobilizando os recursos humanos e materiais.

Os modelos de formulários estão disponíveis no *Manual de Gerenciamento de Desastres*, em: [http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/manual\\_sco.pdf](http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/manual_sco.pdf). Acesso em: 25 jun. 2013.

## Desmobilização da Operação

Conforme os objetivos são alcançados e a situação crítica estabilizada, diminuem os riscos, a complexidade e a confusão, tão comuns nos períodos iniciais da operação. As tarefas ainda necessárias exigem cada vez menos articulação tornando-se mais e mais simples, até o momento em que a situação volta à normalidade e chega o tempo de iniciar a desmobilização dos recursos empregados, ou em outras palavras, o tempo de desativar o SCO.

Dessa forma, a desmobilização deve ser planejada e executada cuidadosamente para evitar o descontrole e a perda de equipamentos e materiais, a sobrecarga de equipes ou determinadas organizações e o desmantelamento descontrolado das operações.

O plano de desmobilização deve garantir que todos os recursos operacionais sejam desmobilizados, todos os materiais e equipamentos devolvidos e os formulários devidamente preenchidos.

### **Resumo geral da sequência do ciclo de planejamento operacional a partir da ocorrência do evento (emergência ou situação crítica):**

1. avaliação (dimensionamento) e ações iniciais de resposta seguindo procedimentos operacionais padronizados;
2. instalação do SCO;
3. assunção do comando através da rede de rádio;
4. instalação do posto de comando;
5. instalação da área de espera/estacionamento e indicação do seu encarregado;
6. coleta de informações e elaboração do plano de ação inicial;
7. estabelecimento dos objetivos e prioridades a partir da situação e dos recursos disponíveis para um determinado período operacional;
8. execução do plano e continuação da coleta de informações;
9. verificação da necessidade da implementação de novas funções (*staff* de assessoria e *staff* principal);
10. solicitação ou dispensa de recursos adicionais;
11. controle da operação no Posto de Comando (PC) e preparação para reunião de avaliação e planejamento do novo período operacional;
12. registro das informações no formulário padronizado SCO 201;
13. transferência do comando ou instalação do comando unificado;
14. realização da reunião de avaliação e planejamento do novo período operacional; e
15. execução do plano e reinício do ciclo de planejamento até a desmobilização.

Quadro 2: Resumo geral da sequência do ciclo de planejamento operacional a partir da ocorrência do evento (emergência ou situação crítica)

Fonte: Manual Gerenciamento de Desastres (2010)

## Gerenciamento de Abrigos Provisórios

Em um desastre, a população afetada sofre um desarranjo parcial ou total de seus lugares habitacionais, ou seja, de suas casas, da organização cotidiana de seus núcleos familiares. Na maior parte das vezes, no caso de grandes eventos, há perda das fontes de trabalho e da rede de vizinhança de apoio.

Assim, em um desastre, desabrigados e desalojados têm o par família-casa como elementos de construção da realidade social dissociado em razão da moradia estar destruída, danificada ou em área de risco.

É preciso garantir o provimento de água e as boas condições de higiene, a manutenção de temperatura adequada às circunstâncias ambientais e a questão de saúde. Entretanto, é necessário dar atenção a outras situações igualmente importantes. A necessidade de segurança das pessoas é primariamente determinada pela relação afetiva estabelecida com quem está à sua volta.

Observe que, no caso específico do abrigo, a organização do espaço deve privilegiar a condição de aglutinação familiar ou de vizinhança.

Algumas vezes, pode parecer mais fácil a separação das pessoas por faixa etária ou por gênero, mas essa aparente facilidade pode acarretar uma grande “fratura” nas condições emocionais, já **combalidas** pelas perdas anteriormente sofridas. Pessoas adultas, antes assertivas e que até poderiam auxiliar na manutenção do cotidiano do abrigo, tornam-se apáticas. E, crianças maiores, que já se alimentavam sozinhas e não usavam mais mamadeiras ou fraldas, podem vir a demandá-las novamente, num claro sinal de regressão temporária e reativa às circunstâncias de separação das figuras de apoio e segurança.

Uma organização do abrigo que procure contemplar necessidades emocionais, no mesmo patamar de importância das demais necessidades, ajuda bastante na etapa da resposta e também na de reconstrução.

De acordo com a Lei n. 12 608, compete aos Municípios organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e de segurança. A Política Nacional de Assistência Social incluiu o gerenciamento de abrigos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, cabendo ao Assistente Social a responsabilidade de gerenciar os abrigos provisórios em calamidades públicas emergenciais. Sobre a Tipificação dos Serviços acesse: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

Na área da imunologia, sabemos que circunstâncias emocionais desfavoráveis diminuem a resistência às doenças autoimunes e às infecções em geral. A situação pós-desastre já indica potencial para o rebaixamento das resistências emocionais.

**Combalida:** abatida, abalada; falta de forças físicas ou morais. Fonte: Ferreira (2010).

Observe que a tentativa de manter laços familiares e de amizade, sempre que possível, fortalece as resistências às situações adversas e contribui para patamares mais altos no que concerne à resiliência, individual e coletiva.

Outro aspecto que deve ser mencionado aqui se refere à organização das atividades cotidianas. Isso porque a organização de rotinas propicia um aumento da segurança entre as pessoas afetadas, tornando-as mais assertivas, o que colabora para a retomada do cotidiano das pessoas, das famílias e do Município.

**O planejamento de horários de refeição, de higiene e de uma eventual recreação obedece às condições disponíveis no cenário de cada abrigo.** Isso vai depender das ofertas disponíveis no conjunto geral dos recursos. Por isso, recomendamos que os abrigados sejam envolvidos na tomada de decisão sobre como planejar as atividades.

Gerenciar um abrigo envolve múltiplos aspectos que não apenas os relacionados à infraestrutura e à manutenção dos equipamentos físicos e de serviços do espaço de abrigamentos.

Nesse contexto, torna-se relevante a capacitação de gerentes de abrigos para atuarem de maneira adequada em situações de desastre.

Observe que não é possível apontar um modelo único de abrigo. Isso dependerá sempre da realidade de cada comunidade, das estruturas físicas e de logística disponíveis e também do tipo de desastre ocorrido.

É fundamental propiciar aos gerentes de abrigos instrumentos que norteiem o adequado gerenciamento de abrigos provisórios, de forma que eles sejam capazes de:

- organizar os recursos para gerenciar um abrigo;
- recepcionar, triar e categorizar as famílias desabrigadas;
- estabelecer e regular as rotinas de um abrigo;
- coordenar atividades de promoção da saúde, por meio de ações educativas e recreativas;
- planejar e executar medidas para o retorno das famílias às suas vidas cotidianas.

## Normas Mínimas para o Funcionamento de Abrigos Provisórios

Esta seção foi elaborada com base no curso na modalidade EaD *Gestão de Riscos e de Desastres: contribuições da psicologia* e no texto *Administração de Abrigos Temporários – Escola da Defesa Civil do Rio de Janeiro* (2006).

As ações destinadas a atender às necessidades das populações afetadas por desastres, neste caso em especial **a instalação e o gerenciamento de abrigos provisórios**, devem se basear numa compreensão profunda da situação, incluindo os fatores políticos e os relacionados com a segurança, a saúde física, mental e social da população abrigada.

Juntamente com o abastecimento de água, o saneamento, a nutrição e os cuidados médicos, o abrigo é um fator decisivo para a sobrevivência em uma situação de desastre. Para além da sobrevivência, o abrigo é necessário para aumentar a resistência às doenças e proporcionar proteção às comunidades. É também importante para a manutenção da dignidade humana e para sustentar, quanto possível, a vida da família e da comunidade em circunstâncias difíceis.

O objetivo das intervenções referentes aos abrigos e à seleção e planejamento de locais de alojamento é satisfazer às necessidades físicas e sociais elementares das pessoas, das famílias e das comunidades de modo a disporem de um espaço protegido, seguro e confortável para viver, incluindo no processo, tanto quanto possível, a autossuficiência e a autogestão.

As intervenções devem ser concebidas e realizadas de modo que sejam reduzidos ao mínimo todos os efeitos negativos que podem ser gerados por um período de abrigamento. Três tipos de situações possíveis indicam as necessidades básicas das pessoas diretamente afetadas por um desastre no que se refere a abrigos. Essa situação é determinada:

- pelo tipo de desastre;
- pelo número de pessoas envolvidas; e
- pela capacidade da comunidade para enfrentar a situação.

O material está disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/cursos-e-eventos/gestao-de-riscos-e-de-desastres-contribuicoes-da-psicologia>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

Este texto está disponível em: <[www.defesacivil.pb.gov.br/.../999--manual-de-abrigo-temporario-corpo-de](http://www.defesacivil.pb.gov.br/.../999--manual-de-abrigo-temporario-corpo-de)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

Devemos considerar que os membros de uma comunidade afetada quase sempre preferem permanecer nas suas casas ou nas proximidades. Se isso for seguro é indicado que seja respeitado, já que a assistência às pessoas nos seus locais de origem é muito mais sustentável, ajuda a restabelecer a normalidade mais rapidamente e não obriga as pessoas a se afastarem em busca de um abrigo provisório.

### *Avaliação Inicial para a Instalação de Abrigos Provisórios*

A avaliação inicial deve ser realizada, preferencialmente, pelo órgão local responsável pela política de assistência social, com o apoio da equipe de Proteção e Defesa Civil, em cooperação com uma equipe multidisciplinar, e com a ajuda de representantes da comunidade que será abrigada.

A informação é recolhida e apresentada aos gestores do desastre de forma a permitir que o processo de tomada de decisão seja coerente e transparente no que diz respeito a toda assistência que será oferecida, desde as instalações físicas até o fornecimento de alimentos e remédios.

Os dados recolhidos são organizados segundo categorias, como nome, sexo e idade, e pelas condições especiais individuais (se toma alguma medicação; pessoa com deficiência; etc.).

As informações recolhidas servem para determinar as necessidades da população com relação ao abrigo, à doação de roupas e artigos domésticos, à alimentação e aos medicamentos. Na avaliação inicial são considerados:

- o perfil e a situação da população afetada; e
- os recursos locais materiais, de infraestrutura e pessoal.

### *Orientação para Manutenção dos Abrigos Provisórios*

As orientações para a manutenção dos abrigos provisórios são as seguintes:

- Finalidade: o abrigo provisório tem por finalidade permitir o atendimento, durante um curto espaço de tempo, das famílias que tiveram suas casas danificadas ou destruídas

por desastres. No abrigo são oferecidas condições de sobrevivência e de proteção, até que seja possível cada um voltar para a sua residência ou alternativa, por exemplo, o aluguel social.

- **Estrutura organizacional do abrigo:** Para que o seu gerenciamento seja bem organizado, aconselhamos que todo abrigo tenha a seguinte estrutura:
  - ▶ **Coordenação:** responsável pela organização e supervisão das atividades internas do abrigo e pela ordem e segurança.
  - ▶ **Serviço de assistência social:** responsável pela triagem e levantamento socioeconômico dos desabrigados, respeitando os núcleos familiares; tomar providências para o fornecimento de alimentação diária; controlar saída e entrada dos abrigados; assim como, guarda dos pertences familiares.
  - ▶ **Serviço de saúde:** responsável por examinar os desabrigados e selecioná-los de acordo com a gravidade dos sintomas; dar prioridade de atendimento ao abrigado que apresentar sintomas mais graves ou que apresente condições clínicas que exijam tratamento imediato; encaminhar aos hospitais os abrigados que necessitam de hospitalização; providenciar a prevenção e o controle diário de doenças infectocontagiosas.
  - ▶ **Serviço de estoque:** responsável por receber o material doado ao abrigo (alimento, água, roupas, colchões e cobertores etc.); classificar o material doado organizá-lo por natureza e de acordo com o tamanho e utilização; estabelecer sistema de distribuição de acordo com a condição do abrigo; fazer previsão das necessidades em função do número de abrigados; controlar o material distribuído e possuir controle do estoque.
  - ▶ **Serviços gerais:** responsável pela montagem e manutenção dos serviços essenciais para o funcionamento do abrigo, quais sejam: refeitório, cozinha, banheiros, instalações hidráulicas, caixa d'água, instalações elétricas, gerador ou outros meios de iluminação, serviço geral de limpeza e saneamento em torno do abrigo;
- **Orientações gerais para a instalação de abrigos provisórios:** devem localizar-se fora da área de risco e possuir boas condições de acesso, tanto de pessoas como de serviços.
  - ▶ Só devem ser admitidas nos abrigos pessoas que realmente tenham sido atingidas pelo desastre, ou que estejam em áreas de alto risco que necessitem evacuação ou sob iminente ameaça e não tenham outra possibilidade de acolhimento.

- ▶ Todas as pessoas abrigadas devem ser cadastradas. O controle das pessoas, como entrada e saída, ainda que por tempo reduzido, deve ser registrado.
  - ▶ As pessoas que tiverem função no abrigo deverão portar plaquetas de identificação, com nome e função. O acesso de pessoas no abrigo deverá ser estritamente limitado aos abrigados e ao pessoal de assistência, devidamente identificado.
  - ▶ Devem ser estabelecidos e observados por todos os abrigados os horários de café, almoço, jantar e recolhimento noturno.
  - ▶ Proibição do porte de armas brancas e de fogo, bem como o funcionamento de aparelhos de som, fora dos horários estabelecidos, e o consumo de bebidas alcoólicas no interior do abrigo.
- Dependências físicas dos abrigos provisórios: cada abrigo deve possuir as seguintes dependências:
    - ▶ alojamentos: as pessoas devem ser, preferencialmente, acomodadas respeitando os núcleos familiares.
    - ▶ Sanitários: masculino, feminino (as crianças deverão utilizar o sanitário feminino).
    - ▶ Cozinha.
    - ▶ Área de estoque.
    - ▶ Área de serviço.
  - Elementos imprescindíveis nos abrigos:
    - ▶ **Água potável:** é o elemento mais importante. Cada abrigo deverá possuir, em reserva, quantidade suficiente para suprir cada uma das pessoas (1 litro e 1/2 diário) por 15 dias. A água que, porventura, estiver armazenada ou parada por longo período, poderá ser usada mediante tratamento prévio feito com agentes químicos purificadores, como:
      - ▶ solução de Milton (preparado específico para esse fim);
      - ▶ tintura de iodo a 2% (12 gotas para cada 5 litros); e
      - ▶ água sanitária (8 gotas para cada 5 litros e duplicar a quantidade, caso a água esteja muito turva).
  - Alimentos: cada família de cinco membros consome, em 15 dias estimadamente, uma cesta de alimentos com os seguintes itens:
    - ▶ arroz (2 pacotes de 5 kg);
    - ▶ feijão (3 pacotes de 1 kg);
    - ▶ óleo vegetal (2 embalagens PET de 900 ml);

- ▶ macarrão (4 pacotes de 500 g);
- ▶ açúcar (1 pacote de 2kg);
- ▶ leite em pó (2 pacotes de 1kg);
- ▶ farinha mandioca (2 pacotes de 1kg);
- ▶ doce em massa (2 embalagens de 500g).
- Gás: recomendamos o uso de gás engarrafado.
- Luz: quando houver interrupção do fornecimento de energia elétrica, o restabelecimento da iluminação deverá ser providenciado, provisoriamente, por meio de geradores, de lampiões e de lamparinas.

### *Rotina de Gerenciamento de Abrigos Temporários*

As rotinas de abrigos provisórios referem-se às rotinas que visam orientar o funcionamento do abrigo para a convivência entre as pessoas. As rotinas (ou as regras de convivência) devem ser:

- pré-formuladas pelos facilitadores de abrigo, de acordo com a especificidade de suas atividades, incluindo a comunidade que vive em área de risco, que é o público potencial para a utilização das instalações na ocorrência do desastre; essa formulação deve ainda ocorrer no período de prevenção e de preparação;
- adequadas ao contexto sociocultural da comunidade afetada;
- claras;
- válidas para todos;
- afixadas em locais de fácil visibilidade; e
- baseadas nos direitos dos desabrigados.

Lembre-se de que, durante a permanência no abrigo, os **direitos** dos desabrigados devem ser respeitados e o acolhimento deve ser adequado, visando à diminuição do sofrimento desencadeado pelo desastre, tendo como referência o seguinte embasamento técnico-legal:

- Constituição Brasileira.

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação [Redação dada pela Emenda Constitucional n. 64/2010], o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a prote-

ção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, art. 6º)

- Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (BRASIL, 1948, art. 25)

- Estatuto da Criança e do Adolescente.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, art. 4º)

- Carta de Assistência Humanitária da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa Carta determina normas mínimas para garantir todas as medidas possíveis a serem tomadas para evitar ou aliviar o sofrimento humano decorrente de catástrofes ou conflitos, resguardando que as populações afetadas tenham seus direitos à proteção e à assistência garantidos.

- Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres. Esse Protocolo assegura a proteção integral aos direitos de crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, em situação de riscos e desastres, com objetivo de reduzir a vulnerabilidade a que estiverem expostos.

- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Muito bem, como está o seu entendimento? Caso haja alguma dúvida, fale com o seu tutor, ele está esperando pelo seu contato. Lembre-se de que é muito importante para o seu aprendizado que você entenda o que está sendo abordado.

Leia esta Carta na íntegra em: <<http://forumsnlp.org/images/stories/restrito/sphere/spherept.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014..

Leia este Protocolo na íntegra em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/protocolo\\_nacional\\_desastres\\_2013.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/protocolo_nacional_desastres_2013.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2014.

Esta Convenção está disponível em: <<http://www.acessibilidadeweb.com/luso/Convencao.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

A seguir apresentamos algumas sugestões para a organização e funcionamento do abrigo provisório, observe:

- Estabelecimento de **horários**.

<b>Atividades/rotinas</b>	<b>Horários sugeridos</b>
Alvorada	7h
Café da manhã	7h30m – 8h30m
Almoço	12h – 14h
Jantar	18h – 20h
Abertura e fechamento do abrigo	6h – 23h
Lactário	2h, 5h, 8h, 11h, 14h, 17h, 20h, 23h
Espaço recreativo	8h – 11h e 14h – 17h

- **Circulação de informações:** é importante que os desabrigados sejam informados sobre as ações que estão sendo realizadas e que as pessoas responsáveis por repassar as informações sejam pessoas capacitadas e com legitimidade de liderança na maioria do grupo.

O repasse das informações pode ser realizado em grupo, individualmente ou por escrito, dependendo do seu conteúdo e objetivo.

- **Lista de cadastrados:** é a lista gerada após o cadastro que tem por objetivo controlar o quantitativo de desabrigados e os recursos disponibilizados. É necessário ter uma pessoa responsável pela atualização da lista, que deve ser realizada constantemente. Observe as possíveis atualizações que podem ocorrer:
  - ▶ hospitalização do desabrigado;
  - ▶ falecimento do desabrigado;
  - ▶ saída definitiva do abrigo; e
  - ▶ condição de desalojado.

A cada atualização, a lista deve ser distribuída aos diversos setores do abrigo, a fim de que possa haver um controle dos benefícios, tais como refeições e aquisição de materiais de higiene.

- Com relação ao trânsito de pessoas no abrigo, sugerimos que:
  - ▶ seja definido um local com uma única via de entrada e de saída no abrigo;

Outros horários podem ser estabelecidos: horários de banho, atividades de limpeza, atividades educativas e visitas.

Os setores que devem receber a lista são: administração, recepção, refeitório e almoxarifado.

- ▶ haja sempre uma pessoa responsável por este local;
- ▶ a entrada e a saída das pessoas desabrigadas devem ser livres, desde que respeitadas regras e horários estabelecidos (direito de ir e vir);
- ▶ não seja permitida a entrada de pessoas não abrigadas, exceto quando previamente autorizadas; e
- ▶ todas as pessoas que trabalham no abrigo devem ser identificadas por crachás ou por qualquer outra forma de destaque.
- Atividades de manutenção diária no abrigo provisório – **é preciso** incentivar a participação dos desabrigados nas atividades de manutenção do espaço físico:
  - ▶ as atividades devem ser construídas, selecionadas e apresentadas para os desabrigados que deverão escolher aquelas com as quais se identificam;
  - ▶ tipos de atividades: varrer o chão, limpar os banheiros, cozinhar, lavar as louças, retirar o lixo, ajudar nas atividades recreativas (atividades de manutenção do cotidiano);
  - ▶ as pessoas envolvidas nas atividades podem utilizar crachás de cores distintas, de acordo com as funções realizadas;
  - ▶ voluntários capacitados podem ajudar na organização dessas tarefas, bem como estabelecer uma escala e auxiliá-los quanto aos possíveis problemas. (exemplos: médicos, psicólogos, nutricionistas, cozinheiros etc.).
- Assistência religiosa:
  - ▶ a assistência religiosa pode servir como fonte opcional de reestruturação emocional;
  - ▶ as manifestações religiosas dentro do abrigo podem ser realizadas desde que solicitadas e previamente autorizadas pelo(s) facilitadores do abrigo; e
  - ▶ é preciso destinar um local para tais manifestações.
- Espaço recreativo: é um espaço preparado para estimular a criança a brincar, possibilitando o acesso a diferentes tipos de atividades lúdicas. Tem por objetivo tornar a permanência da criança menos traumatizante, proporcionando momentos de distração e de convívio com outras crianças.
- Recursos humanos: além dos agentes dos órgãos envolvidos na garantia da assistência, social, saúde, proteção e segurança, gestores de RH também devem compor a equipe de gerenciamento de abrigos:
  - ▶ voluntários capacitados;

- ▶ profissionais voluntários (professores, pedagogos, animador cultural); e
- ▶ responsáveis (familiares).
- Recursos materiais: é imprescindível a existência de brinquedos de encaixe, móveis, livros, bonecos, entre outros. A aquisição prévia de brinquedos pode ser feita com recursos próprios ou por meio de doações.
- Horário de funcionamento para atividades administrativas, de serviços e lúdicas: seguem algumas sugestões:
  - ▶ horários de funcionamento: das 8h às 11h e das 14h às 17h;
  - ▶ participação de crianças de 1 a 12 anos;
  - ▶ crianças de até 3 anos devem estar acompanhadas de seus responsáveis; e
  - ▶ não devem existir brinquedos que instiguem a violência, como armas, facas, brinquedos de lutas e guerras, entre outros.
- Saúde Mental e Atenção Psicossocial: as pessoas afetadas pelo desastre sofrem o impacto do evento sempre de forma singular. A carga traumática ocorre em função da organização psíquica prévia das pessoas afetadas.

Portanto, desastres que poderiam ser classificados como de média gravidade podem produzir forte impacto em algumas pessoas e em outras não. O inverso também pode acontecer, embora seja menos provável. É possível observar que, quando a magnitude do desastre é muito grande, a probabilidade de dano psíquico aumenta de maneira geral. Isso acontece devido a vários fatores, como por exemplo, a faixa etária e a exposição a situações anteriores também adversas.

Observe que essa ressalva é importante, pois o senso comum por vezes tende a criar uma patologia relacionada à situação pós-desastre, transformando determinadas reações comuns e temporárias compreensíveis, considerando a gravidade da situação vivenciada, em sintomas patológicos por causa da reação da pessoa afetada.

Profissionais da área de saúde mental que atuam em emergências e desastres afirmam que a porcentagem de pessoas que efetivamente apresentam sintomas de acometimento psíquico após a ocorrência de desastres estaria em torno de 20%. Dentre essas afecções estariam o uso abusivo de álcool, de drogas ilícitas, de depressão, de insônia, de irritabilidade e de dificuldades de concentração.

**Exacerbação:** irritação, aflição. Fonte: Ferreira (2010).

Nas crianças, por vezes, observamos alguns comportamentos regressivos, como **exacerbação** da dependência aos adultos e dificuldades de aprendizagem. Nas situações dos abrigos provisórios, o compartilhamento forçado do espaço físico e a restrição à intimidade pode também suscitar comportamentos agressivos e de intolerância, principalmente em pessoas que anteriormente eram descritas como calmas e acolhedoras.

É fundamental acionar as redes de saúde mental próximas, os serviços substitutivos ou os centros de atenção psicossocial. Aqui vale enfatizar mais uma vez a importância das redes de proteção que podem ter sido construídas nos planos de contingência, o que acontece, ou deveria acontecer, na fase da preparação.

Outro fato importante é que os espaços dos abrigos, embora devam ser transitórios, por vezes perduram por um tempo muito grande, e a situação, que era de exceção, acaba por se configurar como de rotina, exigindo outras ações que minimizem os efeitos negativos sobre o equilíbrio emocional dos abrigados.

O sucesso dos programas de saúde mental para a população afetada por desastres depende, entre outros aspectos, da maneira como esses serviços são oferecidos diretamente às pessoas no momento de crise, quando ainda estão nos abrigos, em casas temporárias, igrejas ou escolas.

As medidas que seguem, e que devem ser adotadas nos abrigos provisórios, visam a facilitar a identificação de problemas, o acolhimento do sujeito e a implicação da comunidade no processo de avaliação das perdas e da elaboração da reconstrução da vida:

- propiciar ambientes seguros e confiáveis;
- atender às necessidades básicas;
- prover informações de forma adequada e sistemática;
- criar espaços de reflexão, troca e apoio;
- escutar atentamente os indivíduos afetados e os membros de resposta;
- estimular a participação em atividades do abrigo, enfatizando a responsabilidade pessoal e coletiva; e
- realizar atividades educativas e recreativas.

Com relação aos cuidados nutricionais, produção de refeições: o principal objetivo a ser alcançado no abrigo, no que diz respeito à nutrição

em situações de emergência, é garantir o acesso dos desabrigados aos alimentos para a manutenção do estado nutricional adequado básico.

Devemos priorizar alimentos não perecíveis (que não estragam facilmente), de boa aceitação, de alto valor energético e de fácil preparação (macarrão, enlatados, fubá, grãos, entre outros).

Alguns pontos devem ser considerados para que o setor que fornece as refeições no abrigo funcione corretamente e seja assegurada a qualidade das refeições.

- A qualidade dos alimentos:
  - ▶ características sensoriais (aparência, aroma, consistência ou textura e sabor);
  - ▶ prazo de validade;
  - ▶ procedência (fornecedor); e
  - ▶ variedade.
- A quantidade dos alimentos:
  - ▶ porções de acordo com necessidades energéticas;
  - ▶ **mínimo de três refeições por dia** (desjejum, almoço e jantar).
- O cardápio: deve ser preferencialmente planejado com a orientação de um nutricionista do Município. Os integrantes do abrigo devem ser envolvidos no preparo dos alimentos e receber informações que poderão auxiliar na melhoria da qualidade de sua alimentação após a desmobilização do abrigo.

Alguns grupos podem necessitar de mais alimentos ou refeições (crianças, gestantes, indivíduos com baixo peso).

Para fazer um cálculo estimado da quantidade de alimento necessária, para ser comprada, devemos levar em conta o rendimento do alimento e suas perdas durante a fase de preparação (cascas e caroços), que podem variar muito de um alimento para o outro.

Os alimentos doados poderão ser utilizados desde que sejam observados os seguintes aspectos:

- a procedência;
- a validade;

- a integridade das embalagens; e
- o estado de conservação.

Caso faltem alimentos no abrigo e seja necessário solicitar doações, via meios de comunicação, devemos solicitar, preferencialmente, alimentos não perecíveis. Alimentos perecíveis só deverão ser solicitados caso possam ser preparados no mesmo dia ou haja local adequado para estocá-los.

É importante que você saiba que na maioria dos municípios do país não é permitida a utilização de sobras de refeições provenientes de restaurantes, lanchonetes e similares, devido à legislação da Vigilância Sanitária.

### *Requisitos para Áreas Destinadas à Produção de Refeições*

Nas áreas de estocagem e de preparação de refeições, é preciso observar:

- o número de equipamentos e de utensílios;
- os locais para pré-preparo e preparo; e
- os locais para armazenamento de secos, refrigerados e congelados.

Na área de distribuição das refeições, devemos observar:

- os horários preestabelecidos para as refeições; e
- a presença de mesas e cadeiras suficientes.

Sempre que possível, devemos evitar que as pessoas saiam do local destinado às refeições com alimentos. Essa medida visa evitar a disseminação de vetores em outros locais do abrigo (alojamentos, sala de TV).

No lactário, o que deve ser observado são:

- os horários flexíveis (poderá ser utilizado em intervalos de 3 horas);
- a disponibilização de água filtrada ou fervida, leite em pó, farinhas (amido de arroz, farinha láctea, entre outros) e açúcar; e

- a disponibilização do fogão para preparo e aquecimento das fórmulas lácteas. Preferencialmente, as mães das crianças deverão ser responsáveis pela preparação e higienização das mamadeiras de seus filhos.

Com relação à mão de obra, num abrigo devemos ter à disposição:

- merendeiras, cozinheiros e/ou auxiliares de cozinha;
- voluntários treinados; e
- abrigados com orientação e de acordo com a divisão de atividades.

O poder público deve ser responsável por fornecer mão de obra qualificada para a execução das tarefas relacionadas à produção de refeições. Em último caso, utilizar voluntários capacitados para auxiliar na preparação das refeições.

### **Atenção Nutricional para Grupos Específicos**

Em abrigos, o maior enfoque deve ser dado às pessoas consideradas em risco nutricional, com o intuito de combater estados de subnutrição que podem complicar problemas já existentes ou criar novas doenças. Portanto, alguns grupos devem ser identificados o mais cedo possível e precisam permanecer sob vigilância nutricional, como:

- crianças menores de 5 anos;
- gestantes e lactantes;
- idosos; e
- hipertensos e diabéticos.

O cuidado nutricional será baseado principalmente na atenção a esses grupos mais vulneráveis, sendo os demais grupos acompanhados com relação ao consumo adequado de nutrientes provenientes da ingestão diária das refeições fornecidas.

- **Desmobilização:** é o conjunto de atividades empreendidas pelos facilitadores do abrigo, com o objetivo de retomar a rotina de normalidade da comunidade e a saída do local utilizado como abrigo provisório. O encerramento das atividades no abrigo está diretamente vinculado à:
  - ▶ possibilidade de retorno das famílias às suas vidas cotidianas; e

- ▶ determinação da desativação pelas autoridades responsáveis.
- Medidas de retorno: o retorno das famílias deve ser planejado tão logo se iniciem as atividades do abrigo. As possibilidades de medidas de retorno são:
  - ▶ propiciar o retorno ao local de moradia.

É necessária a avaliação, por autoridades competentes, dos danos e das condições de segurança existentes nas residências afetadas, e alguns aspectos devem ser necessariamente considerados:

- ▶ devem ser acionados, quando necessário, órgãos de concessionárias locais responsáveis por água, esgoto e eletricidade;
- ▶ o acolhimento das famílias em residências de familiares, amigos, entre outras redes de vizinhança deve ser facilitado pelos responsáveis pelo gerenciamento do desastre;
- ▶ o encaminhamento a esses locais não encerra a obrigação do poder público; e
- ▶ as famílias devem ser assistidas até que consigam se restabelecer, podendo ser inseridas em programas sociais existentes no Município.
- Ações básicas de desativação.

O Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil é o responsável por determinar o momento de encerramento das atividades do abrigo provisório. Concluído o processo de retorno das famílias, devem ser iniciadas as ações de desativação descritas a seguir:

- ▶ recolher, conferir e guardar todos os materiais em depósitos predeterminados pelo Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil ou pelo órgão municipal responsável;
- ▶ vistoriar as instalações (estrutura física e bens duráveis), detectando possíveis danos causados durante o funcionamento do abrigo temporário, isso deverá ser comparado com o relatório de vistoria inicial das instalações e firmado pela autoridade recebedora;
- ▶ executar a limpeza das instalações e, caso necessário, a restauração; e
- ▶ iniciar a desmobilização total e fazer o encerramento operacional caso tenham sido cumpridas **todas as ações previstas no planejamento.**
- Encerramento: é o processo de finalização das atividades e serviços, uma vez cumpridos os objetivos do abrigo temporário.

Os bens de consumo não utilizados, como alimentos e materiais de limpeza, em princípio, poderão ser distribuídos entre as famílias desabrigadas ou doados a outros órgãos. A quantidade de equipamentos recolhidos deve corresponder ao inventário inicial e constará da documentação a ser entregue.

- Encerramento operacional: desmobilização total e entrega das instalações do abrigo às autoridades competentes.
- Encerramento Técnico-administrativo: realização de uma reunião de encerramento e de avaliação, com o objetivo de revisar e compilar os documentos relacionados ao abrigo e ao processo de condução de retomada das atividades cotidianas dos sujeitos envolvidos no evento; e a preparação e entrega do relatório final ao Gestor de Proteção e Defesa Civil do Município.
- Reunião de encerramento e avaliação: depois de cessar todas as atividades do abrigo temporário recomendamos, antes da retirada do pessoal que integrou a equipe de gerenciamento (de facilitadores), que seja realizada uma reunião para verificar o funcionamento do abrigo e o que poderá ser melhorado num próximo.
- Pontos que devem ser considerados para a realização da reunião:
  - ▶ reunir a equipe de uma maneira informal;
  - ▶ solicitar a cada pessoa **um breve relato do trabalho** realizado e registrar todos os comentários apresentados; e
  - ▶ preparar um resumo que ajudará na elaboração do relatório final.
- Relatório final: o relatório final deve conter:
  - ▶ relação das instituições e das pessoas que colaboraram com o funcionamento do abrigo temporário;
  - ▶ identificação de todas as atividades realizadas durante o funcionamento do abrigo temporário;
  - ▶ discussão das decisões tomadas;
  - ▶ descrição geral do trabalho realizado (número de pessoas atendidas, número de profissionais envolvidos, quantidade de alimentos e kits familiares distribuídos, entre outros);
  - ▶ compilação dos documentos, formulários e balancetes referentes ao abrigo;
  - ▶ identificação das dificuldades encontradas – complicações e impedimentos;
  - ▶ descrição das experiências que acrescentaram novas habilidades à equipe de gerenciamento; e
  - ▶ sugestões de mudanças necessárias para o adequado gerenciamento.

Esta reunião pode ser orientada pela equipe de saúde mental.

Embora o desastre seja uma experiência de crise, essa experiência pode ser utilizada para ampliar a percepção de risco em relação a esses eventos. Portanto, é importante que nesse momento em que as pessoas estão mais sensibilizadas que se agreguem, também, trabalhos de mitigação e preparação para evitar desastres futuros e promover o fortalecimento de uma cultura de percepção de risco e o desenvolvimento de comportamentos de autoproteção frente a riscos de desastres.

Para saber mais sobre direitos humanos de habitação e segurança alimentar, entre outros, leia o texto *O Direito à habitação* em: <[http://www.hrea.org/index.php?doc\\_id=412](http://www.hrea.org/index.php?doc_id=412)>. Acesso em: 26 jun. 2013.

## Ações de Atendimento ao Público de Maior Vulnerabilidade

Todas as pessoas afetadas por um desastre devem ser atendidas adequadamente. O segmento da população, composto de crianças, adolescentes, mulheres grávidas, idosos e pessoas com deficiência, deve ter atenção prioritária. Além do fato de esses grupos terem direito à política de assistência e de inclusão, conforme legislação específica, isso se justifica, também, por conta das consequências imediatas, como:

- desnutrição;
- surtos de doenças infecciosas;
- interrupção das atividades escolares;
- perda da moradia e do contato com a família;
- interrupção ou agravamento das condições de acessibilidade;
- riscos de abuso sexual; e
- outras formas de violência.

Nas emergências, essa parcela da população se encontra em uma situação de grande vulnerabilidade. Atentos a essa realidade, os governos, as instituições e os grupos organizados, que atuam em cenários de desastres de diferentes naturezas, estão preocupados em garantir os direitos e em aprimorar os procedimentos de socorro e de assistência a esses grupos especiais.

Em âmbito nacional foi instituído o *Protocolo Nacional de Proteção Integral à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência*, com o objetivo de orientar agentes públicos estaduais,

Como já mencionamos, este documento está disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/2013/03/12-mar-13-comite-do-protocolo-de-protecao-integral-de-vulneraveis-em-situacao-de-riscos-define-agenda-de-trabalho>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

municipais e federais, a sociedade civil, o setor privado e as agências de cooperação internacional para atuarem em situações de risco e de desastre no desenvolvimento de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

No contexto internacional, as organizações humanitárias não governamentais e o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e da Meia Lua Vermelha, que formam o Projeto Esfera, lançaram no ano de 2011, no Panamá, a nova versão do manual *Carta Humanitária e normas mínimas para a ajuda humanitária*. O manual enfatiza a importância de entender e de apoiar as repostas locais aos desastres como uma prioridade, que também destaca a necessidade de reforçar todas as capacidades dos atores locais.

Este documento, cuja primeira edição data de 1998, contém um conjunto de princípios comuns e de padrões ou normas mínimas universais aplicáveis aos setores básicos de toda ajuda humanitária. Ele está disponível em: <[http://forumsnlp.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=179&Itemid=100](http://forumsnlp.org/index.php?option=com_content&view=article&id=179&Itemid=100)>. Acesso em: 26 jun. 2013.

## Resumo

Nesta Unidade, você teve acesso a um conjunto de informações sobre gerenciamento de desastres, especificamente relacionadas ao Socorro e à Assistência às pessoas afetadas por desastres. O conteúdo apresentado abordou a gestão de abrigos provisórios, a instalação do Sistema de Comando em Operações, a atenção aos grupos vulneráveis e a relevância de planejar as ações de socorro e a assistência no âmbito da resposta aos desastres.

Muito bem, concluímos a Unidade 3. Sabemos que esta Unidade trouxe um grande volume de informações, por isso, sugerimos que você procure seu tutor se precisar de ajuda sobre o assunto abordado aqui. Não hesite em entrar em contato, pois ele está preparado para ajudá-lo!

## Complementando....

Sugerimos que você leia o texto a seguir no qual estão descritos os cuidados relacionados a cada um dos grupos considerados de maior vulnerabilidade em um cenário de desastre.

# Socorro e Assistência aos Grupos Vulneráveis a Desastres

Leia o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2014

## **Crianças e Adolescentes**

Os direitos da infância e da adolescência devem ser assegurados antes (prevenção, mitigação e preparação), durante (resposta) e depois (recuperação) de uma situação de emergência.

Nos primeiros momentos da resposta a uma situação de emergência, os profissionais envolvidos na operação devem estar atentos às necessidades diferenciadas dessas pessoas, desenvolvendo atividades relacionadas: à proteção, à saúde (incluindo a prevenção do HIV/AIDS e assistência psicológica), à nutrição, à educação, à água, higiene e ao saneamento, ao esporte, ao lazer, à cultura e à convivência familiar e comunitária, de forma articulada e intersetorial.

Em todas as fases do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação) devem ser consideradas as informações sobre a capacidade de ação, indicadores demográficos e socioeconômicos disponíveis que subsidiarão os planos de contingência, que devem contemplar integralmente os direitos das crianças, dos adolescentes e das gestantes em situações de emergência.

## **Aspectos Relacionados à Resposta aos Desastres**

Inicialmente é necessário identificar a quantidade e a situação em que se encontram as crianças, adolescentes e as gestantes, o que pode ser feito por meio de uma avaliação rápida para direcionar melhor o planejamento da resposta. Esse diagnóstico pode ser realizado em pouco tempo, com baixo custo, por meio da participação de voluntários e permite identificar as áreas e as famílias afetadas e as mais vulneráveis. Da mesma forma, é importante que os dados sejam coletados de forma desagregada e contemplem a faixa etária, a cor, a raça e o gênero das pessoas atingidas pela emergência.

Em linhas gerais, para alcançar os melhores resultados, a resposta deve se caracterizar por:

- **Liderança e coordenação**, definição clara das responsabilidades e funções dos atores envolvidos para melhor organizar o trabalho de campo, evitar sobreposição de ações e otimizar os recursos.
- **Parceria articulada** entre as diferentes instituições governamentais e não governamentais que fazem parte do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e Sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – especialmente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT); a comunidade, incluindo as crianças, os adolescentes; instituições reconhecidas pela comunidade como igrejas e movimentos sociais; e os meios de comunicação oficiais e comunitários.
- **Ação orientada para resultados estratégicos mensuráveis**, de acordo com a competência e habilidade de cada parceiro, seguindo normas e padrões previamente definidos.
- **Enfoque de direitos humanos**, de igualdade de gênero e de raça.
- **Monitoramento contínuo** da situação das crianças, dos adolescentes e das gestantes.

### *Ações de Socorro e Assistência a Crianças e Adolescentes*

A recuperação das comunidades envolvidas nas situações de emergência pode durar anos. Muitas crianças e adolescentes vivem em abrigos por muito tempo. Por isso, nos casos de emergência, é preciso sempre considerar, em primeiro lugar, a garantia dos direitos das crianças, dos adolescentes e das gestantes nas diversas áreas como saúde, educação, proteção, infraestrutura básica (água e energia elétrica) saneamento, moradia, lazer, convivência familiar e comunitária. Isso significa priorizar toda a infraestrutura que garanta o pleno exercício desses direitos. Por exemplo, reconstrução de escolas e creches destruídas; saneamento básico; hospitais e postos de saúde danificados, entre outros.

A seguir estão detalhados os aspectos prioritários da assistência a crianças e adolescentes em cenários de desastre:

#### **Assistência**

- **Organização de abrigos:** ao planejar a rotina dos abrigos, as famílias, incluindo os adolescentes e as crianças, devem ser

consultadas para a construção de um espaço seguro. Abrigos com fácil acesso à escola e com capacidade de abrigamento respeitando o número de pessoas, famílias, gênero e idade. Ao planejar a disposição das famílias, devemos manter a coesão familiar, pois, sem isso, as crianças podem ter seu desenvolvimento, físico e emocional, bastante prejudicado.

- **Saúde:** os nutrientes necessários para o bom desenvolvimento das crianças e dos adolescentes devem ser garantidos, respeitando a cultura local. No abrigo, deve haver uma área destinada ao preparo e distribuição de formas lácteas e complementares para os lactantes, com rotina de funcionamento e horários fixos, afastado da circulação de pessoas e protegido da contaminação do ar. É preciso estimular a lactação em livre demanda até dois anos de idade. Mães com dificuldade em amamentar devem ser orientadas a repousar, ingerirem líquidos e se alimentarem **adequadamente**.
- **Atenção psicossocial:** crianças são mais vulneráveis devido à menor percepção de risco que possuem e à maior dependência de terceiros. As mudanças de rotina, juntamente com o não entendimento da situação, podem acarretar grande tristeza e medo, o que dificultará a aceitação do ocorrido, sua recuperação e seu desenvolvimento psicossocial. **Para os adolescentes**, uma especial atenção deve ser dada à prevenção de DST/AIDS, gravidez na adolescência e uso de drogas, incluindo o álcool.
- **Recreação e lazer:** brincar é necessidade básica e essencial para um bom desenvolvimento motor, social, emocional e cognitivo além de ajudar a lidar com momentos difíceis, reduzindo possíveis traumas e transtornos psicológicos.

Um bom conselho é montar uma brinquedoteca no abrigo que deve atender crianças em diferentes estágios de desenvolvimento e, se possível, contar com cantos locais para atividades (pode existir sem brinquedos, desde que haja outros estímulos para atividades). Nesse espaço poderão ser cultivados hábitos de não desperdiçar e não estragar. Desenhos, jogos e brincadeiras são meios que podem ser utilizados para aliviar a tensão. O espaço de recreação pode ser usado também como espaço de educação em que temas como segurança do lar, educação sexual, higiene pessoal, etc. podem ser discutidos.

Outros cuidados são recomendados, com atenção à desidratação, pois este grupo está sujeito a um risco maior; Vacinação em massa, com prioridade para a faixa etária de 2 a 19 anos; tratamento específicos para a faixa etária, variando por doença e tratamento.

Comportamentos agressivos e isolamento devem ser informados para a equipe psicossocial para análise e acompanhamento.

Seguem algumas observações que devem ser consideradas:

- Devemos conhecer as condições em que as crianças e os adolescentes viviam antes do desastre para compreender o contexto econômico, social e político da região.
- Crianças e adolescentes que mereçam cuidados especiais em decorrência de alguma deficiência física, sensorial, intelectual ou pertencentes a minorias étnicas, sociais e religiosas devem ser identificados.
- Complementarmente, devemos monitorar os portos, aeroportos e rodovias para que não haja saída de crianças sem companhia do responsável legal, inibindo o tráfico infantil.

### **Cuidados Emocionais**

A Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD/ONU) afirma que as crianças que experimentam um evento traumático antes dos 11 anos têm três vezes mais probabilidade de desenvolver sintomas psicológicos do que aquelas que vivem seu primeiro trauma sendo adolescentes ou adultos.

As crianças não reagem como os adultos frente a eventos adversos. Elas não têm o mesmo nível de abstração para poder compreender racionalmente os acontecimentos e verbalizar suas emoções, que variam de acordo com a idade, e suas respostas emocionais vão estar relacionadas diretamente com as reações emocionais dos adultos que são significativas para eles. Todavia, as crianças podem superar melhor uma situação desse tipo se seus pais, amigos, familiares, professores ou outros adultos as apoiarem. Essa ajuda deve começar o mais rápido possível depois da ocorrência do evento.

Entre as várias ações que poderão ajudar as crianças, podemos destacar:

- O contato físico, por exemplo, um abraço, é importante principalmente com as crianças menores.
- Recomendar que os pais acompanhem seus filhos.
- Reafirmar frequentemente que estão seguros e a salvo.
- Falar com eles sobre o evento de forma simples.
- Facilitar que falem sobre o que ocorreu, se desejarem.

- Não minimizar e nem exagerar a situação.
- Não falar para as crianças sobre o medo que os adultos possam ter da situação futura (o processo de reconstrução).
- Não fazer promessas que não podem ser cumpridas.
- Desenvolver uma forma para que as rotinas familiares e sociais próprias de cada idade sejam mantidas dentro do contexto e sempre que possível.

### Importante!

As crianças devem, sempre que possível, fazer parte das soluções dos problemas relacionados a sua nova rotina imposta pela ocorrência do desastre, pois a sua preparação pode garantir, numa outra situação de risco, que elas consigam se proteger e alertar a própria família para que os danos humanos sejam minimizados ou evitados. É a partir das informações que lhes são transmitidas pelo convívio social que elas reagem e atuam diante das mais diversas situações de risco.

### Idosos

Devem ser adotadas as medidas necessárias para garantir o Direito à proteção contra todas as formas de violência, abuso, exploração e discriminação e promoção do envelhecimento ativo e saudável.

Para oferecer a primeira ajuda aos idosos é necessário que haja um conhecimento de suas principais limitações e necessidades, assim como uma disposição para atuar com respeito e compreensão. Para tanto, algumas ações são imprescindíveis para atender às necessidades específicas desse público em uma situação de desastres, quais sejam:

- Realizar cadastro das pessoas afetadas de forma a identificar as pessoas idosas e suas necessidades e zelar pelo cumprimento das normas de vigilância sanitária que fazem referência à pessoa idosa.
- Submeter o grupo de idosos a uma avaliação multiprofissional para verificar a necessidade de encaminhamento para Instituições Hospitalares e/ou outros dispositivos de saúde, inclusive de saúde mental.
- Garantir a manutenção de medicamentos de uso contínuo

Para saber mais direitos, leia o Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2014.

e manter a dieta adequada compatível com as doenças crônicas (exemplo: diabetes e hipertensão) e o suprimento regular de fraldas geriátricas.

- Garantir o acesso à água potável para consumo humano e espaço adequado para higienização com privacidade.
- Mobilizar apoio psicossocial para idosos, oferecendo atividades lúdicas e recreativas compatíveis com as suas limitações.
- Capacitar os coordenadores, a equipe técnica e as pessoas afetadas dos abrigos a compreenderem as questões relativas ao envelhecimento.
- Prover os recursos e adaptações necessárias para a locomoção da pessoa idosa (exemplo: rampas, cadeiras de roda, corrimão, etc.).
- Priorizar a colocação dos colchões em plano mais elevado, facilitando a locomoção.
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e notificação dos casos de violência contra a pessoa idosa.
- Identificar e mobilizar voluntários com treinamento e habilidades para trabalhar com pessoas idosas.

### **Cuidados Emocionais**

Alguns aspectos importantes devem ser considerados, como ter paciência e não tentar ajudar naquilo que eles próprios podem fazer, além disso, muitos idosos sentem necessidade de falar sobre o evento ocorrido. Por isso, devemos criar um ambiente favorável à escuta responsável.

### **Pessoas com Deficiência**

Em 2009, o governo brasileiro promulgou, por meio do Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, a **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Ao aderirem à Convenção, os países signatários como o Brasil assumem compromisso de respeitar as pessoas com deficiência não mais em razão somente da legislação interna, mas de uma exigência universal de solidariedade, independente da condição pessoal de cada um.

Leia a *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*, Decreto n. 6. 949, em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2014.

No entendimento da ONU, deficiência é um conceito em evolução, resultado da interação entre a deficiência de uma pessoa e os obstáculos que impedem sua participação na sociedade. Quanto mais obstáculos, como barreiras físicas e condutas atitudinais impeditivas de sua integração, mais deficiente é uma pessoa. Não importa se a deficiência é física, mental, sensorial, múltipla ou resultante da vulnerabilidade etária. Mede-se a deficiência pelo grau da impossibilidade de interagir com o meio da forma mais autônoma possível.

As pessoas com deficiência, que já encontram inúmeras barreiras sociais em seus processos de inclusão social, têm agravadas ainda mais sua condição diante de situações de desastre. Nesse sentido, elas devem receber atenção redobrada, principalmente no momento da realização de ações de socorro e de assistência.

### **Ações de Socorro**

- Elaborar banco de dados integrado das pessoas com deficiência considerando os espaços para abrigo e suas especificidades.
- Fomentar a construção de vias e rampas de acesso, definição de rota de evacuação, provisão de equipamentos adaptados para atender às necessidades das pessoas com deficiência; (acessibilidade física).
- Garantir a ação de busca, resgate, evacuação e assistência médico-hospitalar à pessoa com deficiência. Realizar remoção da pessoa com deficiência identificada nas áreas de riscos socioambientais.
- Realizar acolhimento imediato em condições dignas, acessíveis e de segurança às pessoas com deficiência; assegurar com a área de saúde o cumprimento das legislações vigentes quanto à garantia dos direitos da pessoa com deficiência.
- Estruturar os abrigos temporários de modo a disponibilizar acesso físico e adaptações ambientais adequadas à pessoa com deficiência.
- Definir ações intersectorializadas a partir do levantamento e da avaliação de perdas e danos materiais e socioambientais com vistas ao atendimento integral à pessoa com deficiência.

### **Cuidados Emocionais**

A intervenção com grupos de pessoas com deficiência requer uma boa comunicação e a demonstração da disposição em ajudá-los. Essas pessoas requerem intervenções que se adaptem a cada tipo de limitação:

- **Portadores de necessidades motoras:** devemos perguntar em que e como podemos ajudar e nos adaptar ao seu ritmo de movimento; adotar uma postura que facilite a comunicação, sempre explicando para onde será levado e o porquê.

- **Portadores de deficiência auditiva e visual:** quem oferece ajuda a um deficiente auditivo deve posicionar-se de maneira que ele veja o seu rosto e falar devagar, utilizando uma linguagem simples. Para o portador de deficiência visual devemos perguntar em que e como podemos ajudá-lo, disponibilizando auxílio para sua locomoção no cenário do evento.

## Atividades de aprendizagem

Agora, vá até o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e realize as atividades. A realização das tarefas é extremamente importante para que você conclua o curso com êxito.

